São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Sexta-feira, 07 de junho de 2024 | Edição N º 1043

datamercantil.com.br

Clima azeda entre empresas e governo com MP que restringe crédito de PIS/Cofins

A proposta da equipe econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de restringir o uso de créditos de PIS/Cofins azedou o ânimo dos empresários com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Mais do que provocar queixas sobre prejuízos aos mais diversos setores da economia, que já são estimados em bilhões de reais, a proposta é avaliada como uma demonstração de que o governo está disposto a tirar dinheiro de onde puder para não cortar gastos.

A limitação dos créditos tributários está prevista na MP (Medida Provisória) 1227 como alternativa para compensar a desoneração da folha de pagamento para 17 setores. A estimativa é que possa arrecadar R$ 29,2 bilhões neste ano e mais R$ 60 bilhões no ano que vem. O texto foi publicado na terça-feira (4) no Diário Oficial e já está valendo (leia abaixo o que mudou).

A Receita Federal batizou o texto de MP do equilíbrio fiscal. Na quinta-feira (6), a Coalizão das Frentes Parlamentares pediu que ela seja rejeitada, qualificando a proposta de MP do fim do mundo. Senadores já se posicionaram contra, e é esperada forte reação no Congresso, com apoio de segmentos empresariais, o que é interpretado como perda de apoio político do setor empresarial ao governo Lula.

Se não houver solução legislativa, a discussão tende a alimentar uma batalha judicial. O tema, por exemplo, mobilizou integrantes da Fiesp nesta quinta. Segundo o diretor jurídico, Flávio Unes, a entidade decidiu que vai apoiar questionamentos judiciais que venham a ser feitos no STF (Supremo Tribunal Federal) e orientou as associadas a reivindicarem seus direitos na Justiça se entenderem que seja necessário.

Praticamente todos os setores que compõem a base produtiva da economia nacional são afetados pela MP. Já ocorreram manifestações de entidades ligadas à indústria de forma geral e segmentos em particular, como óleo e gás, biocombustíveis, mineração, agronegócio.

Como os créditos são utilizados especialmente por exportadores, a limitação afeta inclusive a dinâmica financeira dos embarques internacionais e a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Já se fala em risco para embarques.

Alexa Salomão/Folhapress

Economia

Lucro dos bancos sobe para R$ 145 bi, mas rentabilidade cai em 2023

Página - 03

China e Brasil fecham acordos para quase R$ 20 bi em financiamento

Página - 03

Leilão de arroz foi 'sucesso contra a especulação', diz ministro da Agricultura

Página - 05

IBPecan celebra abertura do mercado chinês para a noz-pecã

Página - 05

Política

Pimenta vai ficar no RS até "a gente resolver o problema", diz Lula

Página - 04

Haddad encontra papa Francisco e defende taxação de super-ricos

Página - 04

No Mundo

Israel ataca escola da ONU e diz ter matado membros do Hamas; Gaza fala em 40 mortos

Israel bombardeou uma escola da ONU na Faixa de Gaza na quarta-feira (5) dizendo que o prédio abrigava um posto de comando do Hamas, mas o diretor do escritório de mídia do governo de Gaza, administrado pelo Hamas, Ismail Al-Thawabta, e um funcionário do Ministério da Saúde disseram à Reuters que 40 pessoas foram mortas e 73 ficaram feridas no ataque.

Os dois funcionários acrescentaram que 14 crianças e 9 mulheres foram mortas.

Uma autoridade do governo do território, que é controlado pelo Hamas, rejeitou a afirmação de Tel Aviv de que o prédio em Nuseirat, na região central de Gaza, era utilizado pelo grupo terrorista. "[Israel] mente e inventa histórias para justificar o crime brutal que cometeu contra dezenas de pessoas deslocadas", disse Ismail Al-Thawabta à agência de notícias Reuters.

As Forças Armadas de Israel disseram que, antes de aviões bombardearam o local, medidas foram tomadas para reduzir o dano a civis mas não especificou que medidas foram essas. O exército disse que a operação matou terroristas envolvidos com o ataque de 7 de outubro que serviu de estopim para o conflito atual.O bombardeio acontece no momento em que a pressão internacional aumenta para que Tel Aviv e o Hamas aceitem a proposta de cessar-fogo apresentada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Entretanto, o governo israelense já disse que não vai interromper as ações militares em Gaza durante as negociações.

O líder do Hamas, Ismail Haniyeh, disse na quarta que uma das exigências do grupo terrorista no acordo era que haja um fim permanente para o conflito atual. Embora isso estivesse previsto no plano de Biden, apresentado no último dia 31, Israel insiste que só encerrará a guerra com a destruição completa do Hamas criando um aparente impasse.

Folhapress

Espanha se junta à África do Sul em acusação de genocídio contra Israel na corte de Haia

A Espanha afirmou que pediu para intervir no processo movido na Corte Internacional de Justiça (CIJ) pela África do Sul, em que Israel é acusado de genoício por sua operação em Gaza. O anúncio do pedido de inclusão no caso foi feito na sexta-feira (6) pelo ministro espanhol de Relações Exteriores, José Manuel Albares.

Assim como Irlanda e Noruega, a Espanha reconheceu a Palestina como Estado na semana passada. Na quarta (5), foi a vez da Eslovênia.

Albares disse que Madri quer apoiar a CIJ na implementação das medidas estipuladas pela corte, incluindo uma ordem para que Israel suspenda sua operação militar em Rafah, no sul de Gaza. O chanceler, porém, deu poucos detalhes sobre as implicações da intervenção requisitada.

"Estamos fazendo isso [pedindo para intervir] devido ao nosso comprometimento com a lei internacional, ao desejo de apoiar o tribunal em seu trabalho e para fortalecer as Nações Unidas", afirmou.

"Queremos apoiar a corte na implementação de medidas de precaução, principalmente em prol do fim das operações militares em Rafah, de modo a restaurar a paz, acabar com os obstáculos para a entrada de ajuda humanitária e parar a destruição de infraestrutura civil."

A CIJ é a mais alta instância jurídica das Nações Unidas, criado em 1945 para lidar com disputas entre Estados, mas não tem instrumentos de força para obrigar o cumprimento de suas decisões.

Em 24 de maio, os 15 juízes da corte decidiram que Tel Aviv tinha de "interromper imediatamente a sua ofensiva militar e quaisquer outras ações na cidade de Rafah que imponham aos palestinos de Gaza condições de vida que possam levar à sua destruição física total ou parcial". Folhapress

Biden compara ameaça de Putin à de Hitler nos 80 anos do Dia D

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, proferiu um duro discurso na celebração dos 80 anos do Dia D, a invasão da Normandia pelas forças aliadas ocidentais que liberou a França do jugo nazista. Ele comparou a ameaça de Adolf Hitler às ações de Vladimir Putin na Guerra da Ucrânia."As forças das trevas nunca desaparecem. A Ucrânia foi invadida por um tirano e nunca se rendeu", afirmou, defendendo a união da Otan, o clube militar criado pelos EUA em 1949 para proteger a Europa Ocidental do maior seu principal aliado na Segunda Guerra Mundial, a União Soviética.

"Hitler pensava que as democracias eram frágeis, que o futuro era dos ditadores", discursou o americano sobre o líder nazista (1889-1945). "Não se engane: nós não iremos nos curvar, não podemos nos render aos valentões, isso é simplesmente impensável. Se o fizermos, a liberdade será subjugada, toda a Europa estará ameaçada."

"Nós devemos nos perguntar: iremos novamente nos levantar contra o mal, contra a brutalidade esmagadora? Vamos nos unir pela liberdade, defender a democracia? Vamos nos unir? Minha resposta é sim, e só pode ser sim", disse.O tom era previsível, dado o grau da crise entre o Ocidente e Moscou, na esteira da invasão de 2022 da Ucrânia. Ao traçar paralelos entre 1944 e 2024, Biden também sinalizou à China. "Nós não vamos nos afastar [do apoio a Kiev]. Se o fizermos, [Putin] não vai parar ali. Autocratas no mundo todo estão olhando atentamente", disse ele, que já admoestara o líder chinês Xi Jinping sobre o tema.

O discurso vem na esteira de um renovado apoio ocidental a Kiev, após quase seis meses de protelações devido ao conflito no Congresso americano entre os democratas de Biden e o republicanos do seu rival na eleição em novembro Donald Trump. Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da

Lucro dos bancos sobe para R$ 145 bi, mas rentabilidade cai em 2023

O lucro líquido dos bancos foi de R$ 145 bilhões no ano passado, alta de 5% na comparação com 2022. Enquanto isso, na mesma comparação interanual, a rentabilidade do sistema bancário foi de 14,1% no ano de 2023, queda de 0,6 ponto percentual.

A lucratividade é a comparação do lucro final com o faturamento e depende de custos e formação de preços, enquanto a rentabilidade compara o lucro final com o patrimônio e investimentos realizados, ou seja, com a capacidade do negócio de gerar retornos com base no que foi investido.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária, divulgado na quinta-feira (6) pelo Banco Central (BC), a rentabilidade do sistema bancário, medida pelo Retorno Sobre Patrimônio Líquido (ROE), apresentou leve redução em 2023 e distribuição heterogênea dentro do grupo das instituições financeiras (IFs) de maior importância. Ainda assim, a rentabilidade bancária no Brasil está entre as mais elevadas do mundo, apesar do declínio observado nos últimos dois anos, sendo superado por México e Índia e em um patamar similar à Indonésia.

"O aumento de ativos problemáticos foi a principal causa da redução [na rentabilidade]. A distribuição distinta do ROE entre as IFs decorreu principalmente do diferencial de sucesso nas estratégias adotadas na gestão de risco de crédito durante e no pós-pandemia [de covid-19], e de risco de mercado nos recentes ciclos de elevação e de queda da taxa básica de juros", explicou o BC.

Os ativos problemáticos levaram à necessidade de aumento das provisões nos últimos anos, que são as reservas que os bancos fazem para pagamento das dívidas de crédito (calotes). "O aumento do comprometimento de renda das famílias, a redução da capacidade de pagamento das empresas e, por último, o caso Americanas foram os principais fatores que influenciaram o aumento dos ativos problemáticos no referido período", diz o relatório.

Em 19 de janeiro de 2023, as Lojas Americanas entraram em recuperação judicial, com dívidas declaradas de R$ 49,5 bilhões, após a descoberta de fraudes contábeis. Em 2021 e 2022, a companhia acumulou prejuízo de R$ 19,1 bilhões.

Andreia Verdélio/ABR

WhatsApp Pay inclui Pix e expande para grandes empresas

A Meta anunciou nesta quinta-feira (6) que está disponibilizando para os usuários de sua ferramenta de pagamentos no WhatsApp a possibilidade de realizar compras por meio do Pix.

A gigante de tecnologia, que também é dona do Instagram e do Facebook, até então possibilitava apenas compras via cartões na ferramenta, conhecida como WhatsApp Pay.

O anúncio foi feito durante evento em São Paulo.

O head de mercados estratégicos do WhatsApp, Guilherme Horn, disse à Reuters que usuários e empresas pediram a adição do Pix ao WhatsApp Pay, movimento que, segundo ele, já era planejado pela empresa.

O Brasil é o segundo maior mercado do WhatsApp no mundo, atrás apenas da Índia, e vem sendo usado junto ao país asiático como teste para ferramentas de pagamentos da Meta, à medida que a companhia busca meios de monetizar o uso do popular aplicativo de mensagem.

Em 2021, a Meta disponibilizou aos usuários brasileiros a possibilidade de transferência de dinheiro entre indivíduos por meio do WhatsApp Pay, e no ano passado expandiu a ferramenta, para permitir compras em pequenas e médias empresas que usam a versão empresarial gratuita do aplicativo de mensagens.

Na quinta-feira, a Meta ainda anunciou que o WhatsApp Pay poderá ser utilizado para compras em empresas maiores, clientes do API, uma versão também empresarial, mas paga, do WhatsApp.

CNN

China e Brasil fecham acordos para quase R$ 20 bi em financiamento

O encontro da Cosban (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação) terminou na quinta-feira (6) em Pequim com a assinatura de linhas de financiamento e crédito que totalizam US$ 3,74 bilhões (equivalente a R$ 19,68 bilhões) dado levantado a partir de estimativas da equipe brasileira.

São acordos e outros atos fechados por BNDES, Banco do Brasil e Ministério da Fazenda com suas contrapartes chinesas e com o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês). A formalização dos documentos da Fazenda e do BNDES com o AIIB será nesta sexta (7).

Aos valores se soma ainda um acordo entre BNDES e o Fundo de Investimento em Cooperação Industrial China-ALC (Claifund, na abreviação em inglês), fechado na quinta, para facilitar o acesso aos US$ 10 bilhões (equivalente a R$ 52,87 bilhões) do fundo chinês para investimentos na América Latina.

A Cosban, criada há 20 anos, no primeiro governo Lula, é chefiada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, também ministro do Desenvolvimento, e por seu equivalente chinês, Han Zheng. O encontro foi no Grande Salão do Povo, no centro da capital chinesa, e incluiu outros cinco ministros brasileiros. Foi a conclusão de uma sequência de reuniões de suas subcomissões nos últimos meses.

Alckmin declarou no encontro em Pequim, segundo sua assessoria, que na Cosban e em outros âmbitos, como a cúpula do G20 em novembro, no Rio de Janeiro, o Brasil busca "ecoar a mensagem de apoio ao multilateralismo e da necessidade de um mundo mais justo e sustentável".

Já Han declarou que, "em momento de grande instabilidade na arena internacional, com a ocorrência de conflitos armados em várias regiões do planeta, as relações Brasil-China seguem caracterizadas pela previsibilidade e estabilidade".

A reunião chegou a tratar da eventual entrada do Brasil na Iniciativa Cinturão e Rota, um projeto de investimentos chineses em infraestrutura no exterior, mas sem fechar questão e sem menção na divulgação formal.

Nelson Sá/Folhapress

Política

Pimenta vai ficar no RS até “a gente resolver o problema”, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, na quinta-feira (6), que o ministro da Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, ficará no estado até que a situação esteja solucionada.

Lula visitou o Rio Grande do Sul pela quarta vez desde o início da calamidade.

“Vocês estão tendo a minha palavra, vocês tiveram a palavra dos meus ministros e vocês têm o [Paulo] Pimenta aqui, que vai ficar aqui até a gente resolver o problema”, disse o presidente. “Quando não tiver mais problema, eu levo o Pimenta embora para Brasília, para ele cuidar da vida dele e me ajudar na comunicação”.A secretaria extraordinária, sob o comando de Pimenta, foi oficializada em uma medida provisória assinada em 15 de maio.

Na época, a oposição fez duras críticas à escolha do então chefe da Secretaria Especial da Comunicação, que também é gaúcho, para o cargo.

O argumento era de que o ministro poderia usar o posto para tirar vantagens políticas nas eleições de 2026 — quando poderia ser escolhido como candidato do PT ao governo do Rio Grande do Sul.

Segundo balanço mais recente divulgado pelas autoridades locais, 172 pessoas morreram em decorrência das chuvas e enchentes históricas.

No discurso de hoje, o petista pediu reiteradamente que o que aconteceu no estado não caia no esquecimento.

“É importante que a gente não permita que aconteça aqui no Rio Grande do Sul o que já aconteceu tantas vezes nesse país. Há uma desgraça, a televisão divulga, as pessoas choram, ficam comovidas, o tempo vai passando. Daqui a pouco, todo mundo esqueceu, aquilo que foi prometido não foi feito e somente quem cai na desgraça é o povo pobre que mora em lugares mais degradantes”, afirmou.

“Nós não vamos deixar o que aconteceu nesse estado cair no esquecimento. Nós vamos ajudar as pessoas das cidades, as pessoas do campo, aqueles trabalhadores, os empresários a recuperarem a sua capacidade de investimento, de recuperação das suas empresas. E nós vamos fazendo tudo de acordo com a lei”, acrescentou o presidente em outro momento. CNN

STF fecha acordo com big techs contra desinformação

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Roberto Barroso, assinou na tarde da quinta-feira (6) um acordo com as principais plataformas de redes sociais para ações contra a desinformação.

O X (antigo Twitter) ficou de fora da parceria. Google, YouTube, Meta, TikTok, Kwai e Microsoft farão parte.

A CNN questionou o STF sobre a ausência do X no acordo, mas a Corte não informou se a empresa foi convidada. Segundo a assessoria de imprensa do Supremo, as conversas com outras plataformas “ainda estão em andamento e todas são bem-vindas” e que, neste momento, as parcerias são com as seis empresas.

O acordo envolve a adesão ao Programa de Combate à Desinformação do STF. Até o momento, nenhuma plataforma fazia parte da iniciativa.

O X e seu dono, o bilionário Elon Musk, se envolveram em embates com a Corte, especialmente com o ministro Alexandre de Moraes.

Musk chegou a ameaçar descumprir decisões judiciais. Moraes incluiu Musk no inquérito das milícias digitais.

A reportagem procurou o X para comentar o assunto. Mas ainda não recebeu retorno.

Programa de Combate à Desinformação foi criado pela Corte em 2021 para “combater práticas que afetam a confiança das pessoas no Supremo, distorcem ou alteram o significado das decisões e colocam em risco direitos fundamentais e a estabilidade democrática”.

Conforme a assessoria de imprensa do STF, a adesão das plataformas ao programa prevê o desenvolvimento de ações conjuntas, com a “finalidade específica de promover ações educativas e de conscientização para enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação que viole princípios, direitos e garantias constitucionais”.

De acordo com a Corte, a adesão ao programa não envolve repasses de recursos financeiros da parte do STF nem das plataformas, como ocorre com os demais parceiros. CNN

Haddad encontra papa Francisco e defende taxação de super-ricos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi recebido a quinta (6) pelo papa Francisco, no Vaticano, onde tiveram um encontro privado no início da manhã, por volta das 8h, no horário local.

Em cerca de 25 minutos, o ministro expôs ao pontífice a ideia da criação de um imposto global sobre grandes fortunas, apresentada pelo Brasil em fevereiro, no âmbito da presidência rotativa do G20.

Haddad busca atrair apoio à iniciativa, que prevê cobrar 2% sobre o patrimônio de cerca de 3.000 bilionários pelo mundo. Os recursos seriam destinados para ações de combate à fome e às mudanças climáticas.

Na audiência, como parte da tradição, Haddad presenteou Francisco com uma cuia e bomba para chimarrão, uma referência às enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul. O papa acompanhou os acontecimentos e fez uma doação de 100 mil euros (cerca de R$ 574 mil).

Após o encontro, Haddad e sua comitiva embarcaram de volta para o Brasil.

Na viagem de três dias, Haddad participou como convidado de uma conferência sobre a crise da dívida no Sul Global, promovida pelo Vaticano e pelo think tank IPD (Initiative for Policy Dialogue), ligado à Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e teve reuniões bilaterais com os ministros Carlos Cuerpo (Espanha) e Giancarlo Giorgetti (Itália).

Em todas as ocasiões, defendeu a proposta de criação do imposto sobre bilionários. A ideia foi endossada por países como França, Espanha e Alemanha, foi recebida com ceticismo pela Itália e pelos Estados Unidos.

Nas redes sociais, o petista disse, na quarta (5), que a proposta “implica numa cooperação global para além das relações bilaterais entre blocos e países”. A jornalistas, no dia anterior, Haddad afirmou esperar que o processo de adesão à proposta vá ser lento, mas que considera que a ideia “veio para ficar”.

“Esse processo vai decantando aos poucos. Não é simples, é uma novidade no mundo sem precedentes.”

Michele Oliveira/Folhapress

Leilão de arroz foi 'sucesso contra a especulação', diz ministro da Agricultura

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) conseguiu 263 mil toneladas de arroz no leilão de cereal importado pela manhã (6). Um volume que surpreendeu o mercado.

"Foi um sucesso contra a especulação", diz Carlos Fávaro, ministro da Agricultura. Segundo ele, o governo nunca divergiu de que a safra brasileira fosse suficiente para o consumo interno, mas sabia que havia dificuldades logísticas para tirar o arroz do Rio Grande do Sul. Foram considerados todos os contrapontos das entidades do setor, afirma.

"O que aconteceu de fato? Houve uma especulação em cima da tragédia. Há um mês e meio, o arroz tipo 1, longo, fino, pacote de 5 quilos estava em torno de R$ 25 a R$ 27 no mercado brasileiro." Após a tragédia do Rio Grande do Sul, subiu para R$ 35 a R$ 40. E a especulação não veio do produtor, afirma o ministro.

Quando o Brasil abre o mercado, sem impostos, o país consegue essas 263 mil toneladas a um preço variando de R$ 24,98 a R$ 25 por pacote de cinco quilos, afirma Fávaro. "Isso mostra qual é a realidade do mercado mundial de arroz, posto no Brasil, e tudo que passa disso é especulação, tudo é o lado perverso da tragédia".

Para Fávaro, a judicialização do leilão por entidades do setor e por políticos foi "uma conspiração contra o povo brasileiro, uma vez que o arroz faz parte da alimentação básica."

O ministro diz que o governo vai avaliar os reflexos da entrada desse cereal no país e, se necessário, fará novos leilões. Mas antes vai dar um tempo para ver como fica a situação no estado e incentivar mais os produtores locais.

"Antes de qualquer movimento de fazer leilão, nós conversamos com sindicatos rurais, Federarroz do Rio Grande do Sul, indústrias e cooperativas. Com a anuência, inclusive, para a retirada da TEC (Tarifa externa Comum) de 12%."

O ministro diz que após quatro dias do primeiro edital, o arroz subiu 30%, o que obrigou o governo a suspender o leilão inicial de 100 mil toneladas.

A alta do arroz, após as enchentes, chegou à inflação. Os dados da pesquisa da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) mostrou que, após oito quadrissemanas em queda, o cereal voltou a subir. A alta média foi de 0,72% em maio.

Mauro Zafalon/Folhapress

Desembolso do crédito rural chega a R$ 373,4 bilhões em onze meses

A um mês do novo Plano Safra, o montante do desembolso do crédito rural do Plano Safra 2023/24 chegou a R$ 373,4 bilhões, no período de julho/2023 até maio/2024. Um aumento de 13% em relação a igual período da safra passada.

Os financiamentos de custeio tiveram aplicação de R$ 205,4 bilhões. Já as contratações das linhas de investimentos totalizaram R$ 90,6 bilhões. As operações de comercialização atingiram R$ 48,5 bilhões e, as de industrialização, R$ 28,9 bilhões.

Foram realizados 2.025.768 contratos no período de onze meses do ano agrícola, sendo 1.531.980 no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e 175.511 no Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural).

Os valores concedidos aos pequenos e médios produtores em todas as finalidades (custeio, investimento, comercialização e industrialização) foram, respectivamente, de R$ 54,5 bilhões no Pronaf e, de R$ 46,8 bilhões no Pronamp.

Os demais produtores formalizaram 318.277 contratos, correspondendo a R$ 272 bilhões de financiamentos liberados pelas instituições financeiras.

O total de R$ 373,4 bilhões corresponde a 86% do montante que foi programado para a atual safra para todos os produtores (pequenos, médios e grandes), que é de R$ 435,8 bilhões.

Na agropecuária empresarial (médios e grandes produtores rurais), a aplicação do crédito rural atingiu R$ 318,9 bilhões de julho a maio, correspondendo a uma alta de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse valor significa 88% do total programado pelo governo, de R$ 364,2 bilhões.

Notícias Agrícolas

IBPecan celebra abertura do mercado chinês para a noz-pecã

Em meio às ações de levantamento de perdas e reconstrução de dezenas de unidades produtoras de pecan no Rio Grande do Sul, os pecanicultores podem pensar no futuro de forma mais positiva. Um dos pleitos do setor foi alcançado, com a liberação do mercado Chinês para a noz-pecã brasileira. A notícia foi dada pela comitiva brasileira que está naquele país, na manhã da quinta-feira, 6 de junho.

O Instituto Brasileiro de Pecanicultura (IBPecan), divulgou que a produção mundial de noz-pecã é estimada em 320, mil toneladas e o Brasil, em 2023, produziu cerca de 7 mil toneladas, cerca de 2,2%. "A China é o maior importador de pecan com casca - cerca de 45 mil toneladas, abastecida pelo México, Estados Unidos e África do Sul. Agora, o Brasil estará participando deste mercado. É uma maravilhosa notícia neste momento de tragédia climática", celebra o presidente da entidade, Eduardo Basso.

Ele ressalta que este é o resultado de vários anos de tratativas que o Ministério da Agricultura e o Governo Brasileiro vêm realizando junto com as entidades dos produtores como Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), IBPecan e Secretarias do Estado. "Nos traz esperanças e poder realizar sonhos de participar dos melhores mercados", complementou o dirigente.

O IBPecan informa, ainda, que o Brasil já tem uma área plantada de 10 mil hectares e que nos próximos 5 anos poderá chegar a 15 mil toneladas de produção e a metade disso deverá ser exportada. "Agora os produtores terão segurança em reconstruir seus pomares, pois parceiros Internacionais como a China, trazem segurança e futuro nas vendas futuras. Grande gratidão ao Governo Chines por assinar este acordo num momento delicado para nosso Estado", desabafou Basso. Recentemente, a entidade encaminhou documento aos governos estadual e federal, com um balanço das perdas no Rio Grande do Sul após o evento climático. Cerca de 80% da produção prevista para 2024, que já seria inferior a de 2023, foi perdida.

Notícias Agrícolas

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Baumgart Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.019.752/0001-43

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	21	3.016	68.677	72.226
Títulos e valores mobiliários	5.181	81.720	71.624	307.188
Contas a receber	-	-	240.957	224.780
Adiantamento a fornecedores	9	9	30.235	17.523
Estoques	-	-	58.664	92.036
Tributos a recuperar	1.504	356	20.683	40.133
IRPJ e CSLL a recuperar	1.167	954	1.335	8.461
Dividendos a receber	2.626	35.996	-	-
Outros ativos	3.219	3.182	10.509	6.891
Total do ativo circulante	**13.726**	**125.232**	**502.683**	**769.238**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber	-	-	18.760	33.245
Títulos e valores mobiliários	-	36.618	-	36.618
Tributos a recuperar	-	-	1.014	7.732
IRPJ e CSLL a recuperar	-	1.627	-	1.628
Depósitos judiciais	-	-	1.195	4.379
Outros ativos	27	-	9.029	-
IRPJ e CSLL diferidos (ANC)	-	-	119.643	101.370
	27	**38.246**	**149.641**	**184.972**
Investimentos	555.857	765.091	3.828	3.753
Outros Investimentos	-	-	5.212	5.462
Propriedades para investimento	-	-	697.001	555.035
Direito de uso	-	-	4.144	5.130
Imobilizado	87.190	89.029	365.477	297.252
Intangível	-	-	40.425	46.175
Total do ativo não circulante	**643.074**	**892.366**	**1.265.727**	**1.097.779**
Total do ativo	656.801	1.017.598	1.768.410	1.867.017

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores	82	89	201.279	248.540
Salários e encargos a pagar	-	-	27.497	28.950
Empréstimos e financiamentos CP	-	-	30.927	7.628
Arrendamento mercantil CP	-	-	2.655	2.117
Instrumentos derivativos	-	-	2.802	-
IRPJ e CSLL	351	1.484	26.679	4.864
Impostos e contribuições	23	57	30.611	23.030
Dividendos a pagar	-	38.712	2.618	50.727
Outros passivos CP	-	216	15.337	20.033
Mútuos financeiros	-	-	54.415	32.168
Receitas diferidas	-	-	91.630	71.432
Provisão para perdas em investidas	-	-	334	223
Total do passivo circulante	**456**	**40.557**	**486.785**	**489.709**
Não circulante				
Empréstimos e Financiamentos LP	-	-	116.765	53.966
Arrendamento mercantil LP	-	-	1.905	3.382
Impostos e contribuições LP	-	-	2.892	5.920
Provisão para contingências	-	-	25.204	26.867
IRPJ e CSLL diferidos (PNC)	17.527	18.135	11.331	-
Receitas diferidas	-	-	57.969	54.335
Mútuos financeiros	-	-	303.969	64.334
Outros passivos LP	-	-	2.586	3.230
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.483	-
Total do passivo não circulante	**17.527**	**18.135**	**525.104**	**212.034**
Patrimônio líquido				
Capital social	420.000	420.000	420.000	420.000
Reserva de incentivos fiscais	15.349	15.349	15.349	15.349
Reserva legal	53.418	45.957	53.404	45.957
Reserva especial	42.712	24.664	42.683	24.664
Ajuste de avaliação patrimonial	43.545	44.726	43.545	44.726
Reservas de lucros	63.794	408.211	63.837	408.210
	638.818	**958.906**	**638.818**	**958.906**
Participação de não controladores	-	-	117.704	206.365
Total do patrimônio líquido	**638.818**	**958.906**	**756.522**	**1.165.271**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**656.801**	**1.017.598**	**1.768.410**	**1.867.017**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	8.666	8.028	1.124.884	1.055.906
Custos com vendas de mercadorias, locações e outros serviços	-	-	(497.368)	(485.591)
Lucro operacional bruto	**8.666**	**8.028**	**627.517**	**570.316**
Despesas gerais e administrativas	(4.253)	(2.912)	(230.514)	(190.235)
Despesas de vendas	-	-	(121.479)	(117.029)
Reversão (provisão) de perdas estimadas com ativos financeiros - contas a receber	-	-	(3.073)	(4.366)
Outras receitas (despesas)	-	(1)	26.950	36.552
Resultado de equivalência patrimonial	146.670	154.068	(112)	(547)
Resultado antes das receita e (despesas) financeiras e impostos	**151.082**	**159.184**	**299.289**	**294.690**
Receitas financeiras	-	12.608	31.036	44.214
Despesas financeiras	(1.537)	(406)	(29.167)	(21.810)
Despesas financeiras, líquidas	(1.537)	12.202	1.869	22.404
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**149.546**	**171.386**	**301.158**	**317.094**
IRPJ e CSLL correntes	(1.228)	(5.179)	(98.105)	(62.984)
IRPJ e CSLL diferidos	608	608	6.941	(35.606)
Lucro líquido do exercício	**148.926**	**166.816**	**209.995**	**218.504**
Atribuível a acionistas:				
Controladores			148.926	166.816
Não controladores			61.069	51.688
			209.995	**218.504**
Lote de mil ações			2.970.000	2.970.000
Lucro líquido por ação do capital social			**0,0707**	**0,0736**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**148.926**	**166.816**	**209.995**	**218.504**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**148.926**	**166.816**	**209.995**	**218.504**
Lucro líquido do exercício atribuível a				
Acionistas			148.926	166.816
Participação de não controladores			61.069	51.688
			209.995	**218.504**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reservas de incentivos fiscais	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
	Atribuível aos acionistas controladores									
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**420.000**	**37.617**	**13.050**	**10.539**	**330.125**	**45.907**	**-**	**857.238**	**172.869**	**1.030.107**
Ajuste de avaliação patrimonial - realização	-	-	-	-	-	(1.181)	1.181	-	-	-
Reversão de lucro sobre operação CPC 06(R2) com parte relacionada	-	-	-	-	(4.450)	-	-	(4.450)	-	(4.450)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	166.816	166.816	51.688	218.504
Constituição de reserva legal	-	8.341	-	-	-	-	(8.341)	-	-	-
Constituição de reserva especial	-	-	11.613	-	-	-	(11.613)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(38.712)	(38.712)	-	(38.712)
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	-	(21.986)	-	-	(21.986)	-	(21.986)
Incentivo fiscal ICMS Desenvolve	-	-	-	4.810	-	-	(4.810)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	104.521	-	(104.521)	-	-	-
Transferência reserva especial	-	-	3.753	-	(3.753)	-	-	-	-	-
Participação não controladores nos dividendos adicionais de controlada proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.192)	(18.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**420.000**	**45.958**	**28.416**	**15.349**	**404.457**	**44.726**	**-**	**958.906**	**206.365**	**1.165.271**
Ajuste de avaliação patrimonial - realização	-	-	-	-	-	(1.181)	1.181	-	-	-
Reversão de lucro sobre operação CPC 06(R2) com parte relacionada	-	-	-	-	(5.594)	-	-	(5.594)	-	(5.594)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	148.926	148.926	61.069	209.995
Constituição de reserva legal	-	7.446	-	-	-	-	(7.446)	-	-	-
Constituição de reserva especial	-	-	14.266	-	-	-	(14.266)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(35.665)	(35.665)	-	(35.665)
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	-	(427.754)	-	-	(427.754)	-	(427.724)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	92.729	-	(92.729)	-	-	-
Participação não controladores nos dividendos adicionais de controlada proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	(149.730)	(149.730)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**420.000**	**53.404**	**42.683**	**15.349**	**63.837**	**43.545**	**-**	**638.818**	**117.704**	**756.522**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**148.926**	**166.816**	**209.995**	**218.504**
Depreciação - ativo imobilizado	1.839	1.840	24.968	14.176
Depreciação - direito de uso	-	-	3.148	3.270
Depreciação - propriedade para investimentos	-	-	17.223	10.741
Amortização - intangível	-	-	7.147	8.846
Provisão para perdas em ativos financeiros - contas a receber	-	-	3.073	4.366
Provisão para perda nos estoques	-	-	8.138	320
Provisão para contingências	-	-	(1.663)	(24.412)
IRPJ e CSLL diferidos	(608)	(608)	(6.941)	35.606
IRPJ e CSLL corrente	1.228	-	98.105	62.984
Benefício Perse	-	-	(30.017)	(30.066)
Resultado de equivalência patrimonial	(146.670)	(154.068)	112	547
Baixas líquidas propriedades para investimento	-	-	1.525	-
Baixas líquidas do ativo imobilizado	-	-	1.897	9.813
Baixas líquidas do ativo intangível	-	-	2.743	330
Arrendamento mercantil - juros apropriados	-	-	(5.266)	662
Empréstimos e Financiamentos - juros apropriados e variação cambial	-	-	5.097	692
Variação cambial - swap	-	-	(2.472)	-
Mútuo - Juros apropriados	-	-	18.485	11.967
Alienação de ativo imobilizado	-	-	-	-
Linearização dos descontos COVID 19	-	-	9.676	33.965
Receita diferida	-	-	23.832	34.170
Derivativos	-	-	2.802	-
Juros de aplicação financeiras	1.377	(12.607)	(19.619)	(32.701)
	6.093	**1.372**	**371.987**	**363.780**
(Redução) aumento em ativos	**386.353**	**(7.116)**	**23.540**	**(143.461)**
Contas a receber	-	-	(14.441)	(129.259)
Dividendos recebidos e a receber	386.151	(6.981)	-	-
Tributos a recuperar	(1.148)	-	26.168	24.008
IRPJ e CSLL a recuperar	1.414	-	8.754	3.616
Adiantamento a fornecedores	-	-	(12.712)	(9.774)
Estoques	-	-	25.234	(31.056)
Depósitos judiciais	-	-	3.184	(918)
Outros ativos	(63)	-	(12.646)	57
Direito de uso - adições	-	(135)	-	(135)
(Redução) aumento em passivos	**(256)**	**130**	**(83.552)**	**55.129**
Fornecedores	(7)	88	(81.311)	61.225
Salários e encargos a pagar	-	-	(1.453)	1.106
IRPJ e CSLL	-	99	-	-
Impostos e contribuições	(33)	(57)	4.553	7.532
Outros passivos	(216)	-	(5.341)	(14.734)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**392.190**	**(5.615)**	**311.975**	**275.448**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(4.356)	(492)
Juros pagos sobre mútuo	-	-	(13.400)	(3.503)
Juros pagos sobre arrendamentos	-	-	(306)	(662)
Impostos pagos sobre lucro	(2.376)	(4.109)	(46.319)	(57.601)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**389.814**	**(9.723)**	**247.594**	**213.190**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Outros investimentos	-	-	250	(1.682)
Aquisição de controlada, líquido do caixa	-	-	-	3.339
Aplicação ou resgate em títulos e valores mobiliários	111.779	48.732	291.801	(57.112)
Ágio em investimentos - intangível	-	-	-	(9.362)
Propriedade para investimento - adições	-	-	(144.453)	(39.241)
Intangível - adições	-	-	(5.434)	(20.147)
Imobilizado - adições	-	-	(76.058)	(48.689)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.458)	-	2.483	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**109.321**	**48.732**	**68.589**	**(172.894)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(502.131)	(36.000)	(661.258)	(49.292)
Empréstimos e financiamentos - captações	-	-	89.667	57.860
Empréstimos e financiamentos - principal pago	-	-	(1.838)	(14.986)
Pagamento de mútuo	-	-	(19.139)	(8.000)
Mutuo financeiro - captações	-	-	275.936	-
Arrendamento mercantil - pagamentos	-	-	(3.100)	(1.444)
Participação de não controladores	-	-	-	(7.220)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	**(502.131)**	**(36.000)**	**(319.732)**	**(23.082)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.995)**	**3.008**	**(3.549)**	**17.214**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.016	8	72.226	55.012
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	21	3.016	68.677	72.226
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.995)**	**3.008**	**(3.549)**	**17.214**

Marcos Baumgart Stroczynski - Diretor
Luiz Fernando Moreira Cruz - Diretor Financeiro
Julia Zamboni Figueiredo Fromhertz - Contadora - CRC 1SP334942/O-0

Ibovespa interrompe longa série negativa e sobe 1,23%, aos 122,9 mil pontos

O Ibovespa enfim teve um dia de alívio, interrompendo na quinta-feira, 6, série de seis perdas e alcançando apenas o terceiro ganho desde 16 de maio, no intervalo de 15 sessões. Foi também a maior alta para o índice da B3 desde 26 de abril, ao subir nesta quinta-feira 1,23%, aos 122.898,80 pontos, com máxima na sessão a 123.245,79, saindo de abertura aos 121.408,04 pontos. O giro financeiro ficou acomodado a R$ 18,8 bilhões. Com o desempenho desta quinta, o Ibovespa passa ao positivo na semana e no mês, em alta de 0,66%. No ano, ainda cede 8,41%.

Em pontos, a recuperação desta quinta-feira correspondeu a pouco menos da metade do ajuste negativo de 3.088,35 que havia acumulado, gradualmente, nas seis sessões anteriores, quando havia cedido, de forma agregada, o correspondente a 2,48%.

Em relação ao pico mais recente, de 8 de maio, quando estava aos 129.480,89 pontos, o Ibovespa havia mergulhado até a quarta o equivalente a 8.073,56 pontos, uma queda de 6,23% em relação ao nível em que estava naquela data.

Na B3, com a depreciação acumulada, o dia em geral foi de recuperação bem distribuída pelas ações de primeira linha, as blue chips: os ganhos chegaram a 2,95% no fechamento (Santander Unit, máxima do dia) entre os grandes bancos, enquanto Vale mostrou alta de 1,39% no encerramento – misto para Petrobras (ON -0,03%, na mínima do dia; PN +0,47%), com as duas ações da estatal perdendo força em direção ao fim do dia, o que impediu que o Ibovespa fosse mais longe.

Na ponta ganhadora do Ibovespa na quinta-feira, LWSA (+6,22%), MRV (+5,94%) e Cogna (+4,97%). No lado oposto, apenas oito das 86 ações que compõem a carteira Ibovespa fecharam o dia no negativo, tendo Braskem (-4,12%), Sabesp (-0,88%) e Alpargatas (-0,52%) à frente da fila.

IstoéDinheiro

Refuá Participações S.A.

CNPJ/MF nº 30.638.051/0001-04

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Reais mil)*

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
Ativo		Reapresentado			Reapresentado	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	68	7	12.136	32.125	45.780
Contas a receber	–	–	–	57.313	40.825	36.712
Estoques	–	–	–	4.654	5.134	5.424
Adiantamentos	–	–	–	2.000	476	951
Tributos a recuperar	–	–	–	5.668	3.943	4.276
Outros valores a receber	25	22	28	5.580	1.241	2.880
Total do circulante	**30**	**90**	**35**	**87.351**	**83.744**	**96.023**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Tributos diferidos	597	597	517	10.956	10.956	5.115
Depósitos judiciais	–	–	–	5.833	4.031	3.913
Ativo indenizatório	–	–	–	14.194	16.201	–
Partes relacionadas	942	392	–	–	–	–
Outros créditos	–	–	–	–	–	2.525
	1.539	**989**	**517**	**30.983**	**31.188**	**11.553**
Investimentos	282.266	273.952	325.524	–	–	–
Imobilizado	–	–	–	56.985	65.253	69.901
Direito de uso	–	–	–	51.422	38.638	41.638
Intangível	–	–	–	424.631	430.632	446.314
	282.266	**273.952**	**325.524**	**533.038**	**534.523**	**557.853**
Total do não circulante	**283.805**	**274.941**	**326.041**	**564.021**	**565.711**	**569.406**
Total do ativo	**283.835**	**275.031**	**326.076**	**651.372**	**649.455**	**665.429**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
Passivo		Reapresentado			Reapresentado	
Circulante						
Fornecedores	2	–	18	26.153	20.925	20.419
Obrigações trabalhistas e sociais	–	–	–	12.597	14.704	12.853
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	–	114.914	150.465	52.107
Passivo de arrendamentos	–	–	–	12.514	11.937	9.977
Tributos a recolher	–	–	–	4.718	4.586	4.102
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	–	–	568	612	388
Parcelamentos de tributos	–	–	–	1.796	2.466	2.748
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	–	–	–	1.383	43.981	15.087
Outras contas a pagar	2	2	–	6.887	2.686	6.777
Total do circulante	**4**	**2**	**18**	**181.530**	**252.362**	**124.458**
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	–	119.297	61.841	118.974
Passivo de arrendamentos	–	–	–	49.060	38.041	39.258
Parcelamentos de tributos	–	–	–	2.690	4.405	7.960
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	–	–	–	16.448	20.395	15.329
Partes relacionadas	1.498	819	167	–	–	–
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	–	–	–	–	1.222	36.191
Ações preferenciais conversíveis	72.697	–	–	72.697	–	–
Outras contas a pagar	–	–	–	14	70	92
Total do não circulante	**74.195**	**819**	**167**	**260.206**	**125.974**	**217.804**
Patrimônio líquido						
Capital social	244.591	244.591	244.591	244.591	244.591	244.591
Reserva de lucros	15.565	12.309	8.561	15.565	12.309	8.561
Reserva de capital	97.047	97.047	97.047	97.047	97.047	97.047
Ajuste de avaliação patrimonial	19.670	19.670	19.670	19.670	19.670	19.670
Prejuízos acumulados	(167.237)	(99.407)	(43.978)	(167.237)	(99.407)	(43.978)
Total do patrimônio líquido dos acionistas	**209.636**	**274.210**	**325.891**	**209.636**	**274.210**	**325.891**
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	–	(3.091)	(2.724)
Total do patrimônio líquido	**209.636**	**274.210**	**325.891**	**209.636**	**271.119**	**323.167**
Total do passivo e patrimônio líquido	**283.835**	**275.031**	**326.076**	**651.372**	**649.455**	**665.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 *(Em Reais mil)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Resultado do exercício	(67.830)	(55.429)	(68.151)	(55.572)
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	**(67.830)**	**(55.429)**	**(68.151)**	**(55.572)**
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionista controlador			(67.830)	(55.429)
Participações não controladoras			(321)	(143)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 *(Em Reais mil)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Receita líquida	–	–	306.082	322.209
Custo dos serviços prestados	–	–	(236.823)	(251.849)
Lucro bruto	**–**	**–**	**69.259**	**70.360**
Outras (despesas) receitas operacionais				
Despesas comerciais	–	(38)	(4.572)	(4.656)
Despesas gerais e administrativas	(5.178)	(5.879)	(69.919)	(61.670)
Resultado de equivalência patrimonial	(62.652)	(49.592)	–	–
Outras receitas/(despesas) operacionais	–	–	(8.658)	(14.290)
	(67.830)	(55.509)	(83.149)	(80.616)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e tributos	**(67.830)**	**(55.509)**	**(13.890)**	**(10.256)**
Receita financeira	–	–	977	3.874
Despesa financeira	–	–	(48.679)	(46.463)
Resultado financeiro, líquido	**–**	**–**	**(47.702)**	**(42.589)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(67.830)**	**(55.509)**	**(61.592)**	**(52.845)**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	–	–	(6.559)	(8.643)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	–	80	–	5.916
Resultado do exercício	**(67.830)**	**(55.429)**	**(68.151)**	**(55.572)**
Resultado líquido atribuído a:				
Participação do acionista controlador			(67.830)	(55.429)
Participação dos acionistas não controladores			(321)	(143)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro 2023 e 2022 *(Em Reais mil)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Fluxo de caixa da atividades operacionais				
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(67.830)	(55.509)	(61.592)	(52.845)
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	1.732	1.980	38.287	37.960
Opções de ações	3.256	3.748	3.256	3.748
Juros sobre passivos de arrendamento	–	–	4.791	9.330
Juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	–	–	36.042	27.616
Atualização monetária dos compromissos a pagar	–	–	2.515	5.112
Constituição/(reversão) de perda estimada para glosas	–	–	3.453	206
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	–	–	254	(703)
Provisões para perdas de créditos esperadas	–	–	700	10.816
Baixa residual de ativo imobilizado e intangível	–	–	1.101	27
Resultado de equivalência patrimonial	62.652	49.592	–	–
Ajuste de preço de aquisição	–	–	–	5.385
Earn out	–	–	7.667	–
Outros	–	–	175	521
(Prejuízo) Lucro ajustado	(190)	(189)	36.649	47.173
Variações nos ativos e passivos operacionais				
(Aumento) redução das contas do ativo				
Contas a receber	–	–	(20.641)	(15.135)
Estoques	–	–	447	290
Adiantamentos	–	–	(1.524)	475
Tributos a recuperar	–	–	(1.725)	(3.104)
Depósitos judiciais	–	–	(1.886)	(136)
Outros créditos	(4)	7	(2.332)	322
Aumento (redução) das contas do passivo				
Fornecedores	2	(27)	5.228	497
Obrigações trabalhistas e sociais	–	–	(2.107)	1.851
Tributos a recolher	–	(1)	132	484
Provisão para contingências	–	–	(3.947)	(2.419)
Parcelamento de impostos	–	–	(2.385)	(4.403)
Conta corrente com empresas ligadas	129	260	–	–
Outras contas a pagar	–	–	3.190	(588)
	127	239	(27.550)	(21.866)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(2.918)	(4.982)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	**(63)**	**50**	**6.181**	**20.325**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições do imobilizado e intangível	–	–	(14.557)	(8.064)
Valores líquidos pagos por aquisição de empresas	–	–	(54.141)	(24.199)
Aumento de capital em investida	(72.697)	–	–	–
Caixa advindo de incorporação de empresa	–	11	–	11
Caixa liquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos	**(72.697)**	**11**	**(68.698)**	**(32.252)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	164.401	90.000
Empréstimos liquidados	–	–	(178.538)	(76.391)
Ações preferenciais conversíveis	72.697	–	72.697	–
Pagamento dos arrendamentos	–	–	(16.032)	(15.337)
Caixa liquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**72.697**	**–**	**42.528**	**(1.728)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(63)**	**61**	**(19.989)**	**(13.655)**
Caixa e equivalentes do início do exercício	68	7	32.125	45.780
Caixa e equivalentes do final do exercício	5	68	12.136	32.125
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(63)**	**61**	**(19.989)**	**(13.655)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro 2023 e 2022 *(Em Reais mil)*

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros: Transação de capital com sócios	Reserva de lucros: Opções de Ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio liquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	**244.591**	**97.047**	**845**	**7.716**	**19.670**	**(43.978)**	**325.891**	**(2.724)**	**323.167**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	(55.429)	(55.429)	(143)	(55.572)
Opções de ações	–	–	–	3.748	–	–	3.748	–	3.748
Outras transações	–	–	–	–	–	–	–	(224)	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	**244.591**	**97.047**	**845**	**11.464**	**19.670**	**(99.407)**	**274.210**	**(3.091)**	**271.119**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	(67.830)	(67.830)	(321)	(68.151)
Opções de ações	–	–	–	3.256	–	–	3.256	–	3.256
Outras transações	–	–	–	–	–	–	–	3.412	3.412
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**244.591**	**97.047**	**845**	**14.720**	**19.670**	**(167.237)**	**209.636**	**–**	**209.636**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Refuá Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, na cidade de São Paulo-SP. A Companhia foi constituída em 6 de junho de 2018 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, civis e comerciais, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. Atualmente, investe em entidades que possuem como principais atividades operacionais a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos e imagens. As demonstrações financeiras completas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório de auditoria estão disponíveis aos interessados no site e na sede da Companhia.

Juliano Estopilha Rolim – Diretor Presidente   **Rodrigo Fernando Thadeu Burgos de Sousa –** Diretor Financeiro   **Jéssica Passos Souza Andrade –** Contador – CRC SP-331015/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Cotistas da
Refuá Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Refuá Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Refuá Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Reapresentação dos valores correspondentes:* Chamamos a atenção à nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir correção de erro nos montantes de contas a receber a faturar. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de maio de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP 011.609/O-8

Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1SP 278.829/O-3

Deloitte.

Publicidade Legal

Indústrias Colombo S.A.

CNPJ nº 45.127.545/0001-00 - NIRE 35.300.576.586

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07/05/2024

Data/Hora/Local: 08/05/2024, 10h30, na sede social. **Convocação e Presença**: Dispensada. A totalidade dos acionistas, representando 100% do capital social. **Mesa**: Presidente, Leonildo Colombo; Secretário, João Luiz Colombo. **Deliberações aprovadas**: (i) Arealização da Emissão, cujos principais termos e condições estão descritos a seguir: (a) Valor Total da Emissão: R$ 50.000.000,00, na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"); (b) Número da Emissão: a Emissão representará a 1ª emissão de Notas Comerciais da Companhia; (c) Séries: a Emissão será realizada em série única; (d) Quantidade: serão emitidas 50.000 Notas Comerciais; (e) Valor Nominal Unitário: as Notas Comerciais terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (f) Destinação dos recursos: os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão serão utilizados para o pré-pagamento das dívidas representadas pelos seguintes instrumentos: (i) Cédula de Produto Rural Financeira, n° 102023030014800, emitida em 28/03/2023 pela Emitente em favor do Itaú Unibanco S.A.; (ii) Cédula de Crédito à Exportação – BRL n° 3174221, emitida em 23/12/2021 pela Emitente em favor do Itaú Unibanco S.A.; e (iii) Cédula de Crédito à Exportação – BRL n° 3183722, emitida em 21/01/2022 pela Emitente em favor do Itaú Unibanco S.A. ("Operações Ponte" e "Destinação dos Recursos", respectivamente); (g) Data de Emissão: para todos os efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será aquela prevista no Termo de Emissão de Notas Comerciais ("Data de Emissão"); (h) Procedimento e Regime de Colocação: as Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais, a ser prestada por instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários contratada pela Companhia para atuar na estruturação e coordenação da Oferta, e serão destinadas exclusivamente à subscrição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11/05/2021, conforme alterada; (i) Negociação: as Notas Comerciais serão depositadas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3; (j) Prazo e Data de Vencimento: observado o disposto no Termo de Emissão de Notas Comerciais, as Notas Comerciais terão prazo de vencimento de aproximadamente 5 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se em data a ser prevista no Termo de Emissão de Notas Comerciais; (k) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: as Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular de Notas Comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais; (l) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: as Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com os procedimentos da B3. Caso qualquer Nota Comercial venha ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a data de início da rentabilidade até a data de sua efetiva integralização; (m) Atualização Monetária: as Notas Comerciais não terão o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente; (n) Remuneração: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do *spread* ou sobretaxa equivalente a 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"); (o) Pagamento da Remuneração: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de resgate antecipado das Notas Comerciais, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão de Notas Comerciais, a Remuneração será paga conforme o cronograma de pagamentos a ser previsto no Termo de Emissão de Notas Comerciais; (p) Amortização do Valor Nominal Unitário: a amortização do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será realizada conforme cronograma de pagamentos a ser previsto no Termo de Emissão de Notas Comerciais; (q) Encargos Moratórios: ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer valor devido nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (1) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (2) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); (r) Repactuação Programada: as Notas Comerciais não serão objeto de repactuação programada; (s) Resgate Antecipado Facultativo: a Companhia poderá realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais nos termos a serem previstos no Termo de Emissão de Notas Comerciais. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Notas Comerciais; (t) Amortização Extraordinária: a Companhia poderá realizar amortização extraordinária das Notas Comerciais nos termos a serem previstos no Termo de Emissão de Notas Comerciais; (u) Aquisição Facultativa: observadas as normas aplicáveis, a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo titular de Notas Comerciais vendedor, por valor igual, inferior ou superior ao Valor Nominal Unitário; (v) Eventos de Vencimento Antecipado: para todos os efeitos legais, os eventos de vencimento antecipado das Notas Comerciais serão aqueles previstos no Termo de Emissão de Notas Comerciais; (w) Garantias: as Notas Comerciais contarão com as seguintes garantias: (a) garantia fidejussória na modalidade de Aval, a ser outorgado pelos Avalistas nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais; (b) Cessão Fiduciária, a ser outorgada pela Companhia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (c) Alienação Fiduciária de Imóveis, a ser outorgada pela Companhia, pelo Sr. Antônio, pela Sra. Maria Aparecida, pelo Sr. Cláudio, pela Sra. Luciana, pelo Sr. Hygor, pela Sra. Marlene, pela Sra. Joyce, pelo Sr. José Oscar, pela Sra. Marcylene, pelo Sr. Luís Augustinho, pela Sra. Sônia, pela Sra. Márcia, pelo Sr. Newton, pelo Sr. Márcio, pelo Sr. José, pela Sra. Paula, pela Sra. Tereza, pelo Sr. Leonildo, pela Sra. Marina, , pelo Sr. Luiz Hermínio, pelo Sr. João, pela Sra. Marisa nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis; e (d) conforme o caso, Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras; e (x) Demais Características da Emissão: as demais características da Emissão serão aquelas especificadas no Termo de Emissão de Notas Comerciais. (ii) aprovar a constituição, pela Companhia, em garantia às Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (iii) aprovar a constituição, pela Companhia, em garantia às Obrigações Garantidas, da Alienação Fiduciária de Imóveis, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis; (iv) aprovar a constituição, pela Companhia, em garantia às Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras; (v) autorizar os administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, a negociar e definir os termos e condições específicos da Emissão, das Garantias e da Oferta, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização da Emissão, das Garantias e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos, bem como a contratação de instituição intermediária e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e/ou à Oferta; e (vi) ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição da Emissão, das Garantias e realização da Oferta. Nada mais. Pindorama/SP, 07/05/2024. JUCESP nº 213.482/24-1 em 28/05/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empreendimentos e Participações Ludwig Ltda.

CNPJ/MF sob o nº 01.699.910/0001-77

Edital de Convocação

Data/hora/local: 19/06/2024, 10hs, na sede da Sociedade em São Paulo/SP. Convidados para se reunirem, em 1ª convocação para deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** Alteração da forma de representação da Sociedade, de forma a regularizar sua representação em face do falecimento do Sr. Paulo Norberto Ramos Portilho; **(ii)** alteração do Contrato Social da Sociedade e **(iii)** Outras eventuais matérias de interesse da Sociedade. Ficam V.Sas., desde já, convocadas para deliberarem tais matérias, em 2ª Convocação, em 19/06/2024, às 10h30, no mesmo local. São Paulo, 04/06/2024. **Empreendimentos e Participações Ludwig Ltda., Hans Joachim Schmidt**, Sócio Administrador. (05, 06 e 07/06/2024)

PP-BIO Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 09.286.655/0001-42 - NIRE 35.300.349.318

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A **PP-BIO Administração de Bem Próprio S.A.**, sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.286.655/0001-42, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.300.349.318 (a "Companhia"), neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. **Marcus Vinicius da Mata**, vem convocar seus Acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizar-se no próximo dia **17 de junho de 2024 às 08:00 horas**, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, 350, 7º andar, sala 703-C, Alphaville, CEP 06455-020, para tratar da seguinte **ordem do dia: (a)** exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** ratificação dos atos praticados pela Companhia, quais sejam (i) efetuar a compra de novos motores para a aeronave da Companhia e demais atos relacionados à aquisição e manutenção de motores da Aeronave, praticados até a presente data, (ii) a dação em pagamento dos motores existentes para adimplemento de parte do preço de aquisição dos novos motores; (iii) as demais obrigações e compromissos assumidos pela Companhia, relacionados à operação de aquisição, manutenção e substituição de motores para a Aeronave da Companhia; e (iv) realizar nova Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar o aumento do aumento do capital social, mediante aporte de recursos pelos Acionistas. (06, 07 e 08/06/2024)

7G Participações S.A.

CNPJ n° 40.708.247/0001-81 - NIRE 35.300.564.260

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 08/05/2024, às 9h00, na sede social da **7G Participações S.A.** ("Companhia"), na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Prudente de Moraes, n° 273, Sala "A", Centro, CEP 15.830-000. **2. Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas, representando 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes na Lista de Presença constante ao fim da presente ata, na forma do artigo 124, §4°, da Lei 6.404/76, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa:** A presente Assembleia Geral Extraordinária foi presidida por Luiz Hermínio Colombo e secretariada por Leonildo Colombo Neto. **4. Ordem do Dia**: Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória na modalidade de aval ("Aval"), a ser prestado em garantia às obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela **Indústrias Colombo S.A.,** sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Colombo n° 106, Bairro Parque Industrial, CEP 15.830-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 45.127.545/0001-00 ("Devedora"), no âmbito do "*Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Indústrias Colombo S.A.*" a ser celebrado entre a Colombo, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações, com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 1052, Sala 132, 13° andar, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, na condição de agente fiduciário dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"), a **JLC Trust – Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Sete de Setembro, nº 922, Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob nº 41.898.992/0001-01 ("JLC"), a **OD Colombo Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 467, Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob nº 41.131.743/0001-88 ("OD" e, em conjunto com a Companhia e a JLC, os "Avalistas PJ"), o sr. **Luiz Hermínio Colombo**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.619.748, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 086.651.278-01, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Pereira Barreto, n° 416, Centro, CEP 15.830-000 ("Sr. Luiz"), o sr. **João Luiz Colombo**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.462.655-9, inscrito no CPF sob o nº 159.822.468-91, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Olga Contado Breschi, n° 243, Alto Pindorama, CEP 15.830-000 ("Sr. João"), a sra. **Marisa Aparecida Colombo Gomes**, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 26.893.790-4, inscrita no CPF sob o nº 286.965.588-63, casada sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliada na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, n° 885, Centro, CEP 15.830- 000 ("Sra. Marisa" e, em conjunto com o Sr. Luiz e o Sr. João, os "Avalistas PF", sendo que estes, quando em conjunto com os Avalistas PJ, serão denominados simplesmente "Avalistas") e a Companhia ("Obrigações Garantidas", "Emissão", "Notas Comerciais" e "Termo de Emissão de Notas Comerciais", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente); (ii) a autorização aos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para negociar e definir os termos e condições específicos do Aval que constarão do Termo de Emissão de Notas Comerciais, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização do Aval e à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou por seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição do Aval e para realização da Emissão e da Oferta. **5. Deliberações**: Dando início aos trabalhos, foram examinados e discutidos os itens constantes da ordem do dia e por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a Acionista deliberou: (i) aprovar a outorga, pela Companhia, do Aval em garantia das Obrigações Garantidas, observadas as características das Notas Comerciais descritas no Anexo I ao presente ato; (ii) autorizar os administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, a negociar e definir os termos e condições específicos do Aval que constarão do Termo de Emissão de Notas Comerciais, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização do Aval e à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos; e (iii) ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou por seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição do Aval e para realização da Emissão e da Oferta. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos acionistas e pelos membros da Mesa. Acionistas presentes: Luiz Hermínio Colombo, Leonildo Colombo Neto, Bruno Colombo, Rafaela Santucci Colombo e Juliane Maguetas Colombo Pazzanese. Usufrutuários Presentes: Leonildo Colombo e José Oscar Colombo. Pindorama/SP, 07/05/2024. Mesa: Luiz Hermínio Colombo, Presidente; Leonildo Colombo Neto, Secretário. Acionistas: Luiz Hermínio Colombo, Leonildo Colombo Neto, Bruno Colombo, Rafaela Santucci Colombo e Juliane Maguetas Colombo Pazzanese. Acionistas: Leonildo Colombo e José Oscar Colombo. JUCESP nº 213.354/24-0 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Esferatur Passagens e Turismo S.A.

CNPJ/MF nº 76.530.260/0001-30 – NIRE 35.300.463.889

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 03 de maio de 2024

Data, Hora e Local: No dia 03/05/2024, às 9:00 horas, na sede da Companhia, na Rua da Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, Santo André-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da única representante da totalidade do capital social. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fabio Martinelli Godinho e secretariados pela Sra. Jéssica Soliguetti Vicente. **Ordem do Dia e Deliberações:** A única acionista tomou as seguintes deliberações: **1.** Realizar a lavratura desta ata na forma de sumário. **2.** Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **3.** Consignar que no exercício social encerrado em 31/12/2023, a Companhia registrou prejuízo no valor de R$ 21.447.360,77, o qual deverá ser destinado à conta de prejuízos acumulados, não havendo lucros a serem distribuídos. **4.** Consignar a renúncia do Sr. **José Carlos Wollenweber Filho**, RG nº 24.469.620-2, SSP/SP, CPF nº 263.420.548-19, ao cargo de Diretor Financeiro. **5.** Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a eleição da Diretoria da Companhia e eleger os seus seguintes membros para compô-la, todos com um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que examinará as contas do exercício social encerrado em 31/12/2025: (i) **Fabio Martinelli Godinho**, RG nº 25.436.270-9, SSP/SP, CPF nº 252.303.238-41, para o cargo de Diretor Presidente; (ii) **Felipe Pinto Gomes**, RG nº MG 11.068.038, SSP/MG, CPF nº 043.074.726-83, para o cargo de Diretor Financeiro; e (iii) **Karin Regina da Rocha Demarques Cruz**, RG nº 32182201-2, SSP/SP, CPF nº 297.231.228-71, para o cargo de Diretora sem designação específica. Consigna-se que os Diretores ora eleitos tomam posse do cargo nesta data, mediante a assinatura dos termos de posse lavrados em livro próprio, tendo declarado, expressamente e para todos os fins e efeitos legais, que (i) não estão impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedade e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, e nem representam, interesse conflitante com o da Companhia; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e (iv) total e irrestrita concordância com todos os termos e condições estabelecidos no Regulamento de Arbitragem do CAM-CCBC, e na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social da Companhia. **6.** Em razão da eleição acima, o acionista consigna que a Diretoria Executiva da Companhia passa a ser composta pelos seguintes indivíduos: **(i) Diretor Presidente – Fabio Martinelli Godinho**; **(ii) Diretor Financeiro – Felipe Pinto Gomes**; e **(iii) Diretora Sem Designação Específica – Karin Regina da Rocha Demarques Cruz**, todos acima qualificados. **7.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **8.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata, sendo assinada pelos representantes. Santo André/SP, 03/05/2024. **Mesa: Fabio Martinelli Godinho** – Presidente; **Jéssica Soliguetti Vicente** – Secretária. **Acionista Presente**: CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 214.982/24-5 em 03/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/ME nº 19.916.590/0001-25 – NIRE 35.300.508.491

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 23 de maio de 2024

Data, Hora e Local: 23/05/2024, às 9h, por meio de videoconferência. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença de todos os membros da Diretoria. **3.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fabio Martinelli Godinho e secretariados pela Sra. Jéssica Soliguetti Vicente. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Foi deliberado, por unanimidade, ratificar a realização, pela Companhia, do seguinte aumento de capital em favor da **Trend Travel LLC**: i. Em 20/03/2024, aporte de capital no valor de R$ 499.560,00; ii. Em 01/04/2024, aporte de capital no valor de R$ 517.100,00; iii. Em 15/04/2024, aporte de capital no valor de R$ 1.008.501,00. **5. Encerramento:** Nada mais a ser tratado. Santo André/SP, 23/05/2024. Jéssica Soliguetti Vicente – **Secretária**. JUCESP – Registrado sob o nº 212.757/24-6 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Variação do PIB de países da OCDE e emergentes no 1º trimestre de 2024

Em relação ao ano anterior, em %

País	%
Israel	3,3
Turquia	2,4
Chile	1,9
Índia	1,9
China	1,6
Coreia do Sul	1,3
Arábia Saudita	1,3
Indonésia	1,2
Letônia	0,9
Brasil	**0,8**
Lituânia	0,8
Hungria	0,8
Portugal	0,8
Eslováquia	0,7
Espanha	0,7
Canadá	0,6
Reino Unido	0,6
Suíça	0,5
EUA	0,4
Costa Rica	0,4
Polônia	0,4
Itália	0,3
Rep. Tcheca	0,3
Bélgica	0,3
México	0,3
França	0,2
Alemanha	0,2
Finlândia	0,2
Noruega	0,2
Áustria	0,2
Eslovênia	0
Suécia	-0,1
Países Baixos	-0,1
Japão	-0,5
Estônia	-0,5
Dinamarca	-1,8

Publicidade Legal

CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiografia S.A.

CNPJ/MF nº 50.252.998/0001-90

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Reais mil)*

Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Controladora 01/01/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 01/01/2022 Reapresentado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4.651	16.012	27.423	12.130	32.057	45.773
Contas a receber	17.347	13.616	19.352	57.313	40.825	36.712
Estoques	1.528	2.188	2.757	4.654	5.134	5.424
Adiantamentos	1.759	332	781	2.000	476	951
Tributos a recuperar	4.160	2.793	2.592	5.668	3.943	4.276
Outros valores a receber	767	257	232	5.554	1.218	2.851
Total do circulante	**30.212**	**35.198**	**53.137**	**87.319**	**83.653**	**95.987**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Tributos diferidos	10.360	10.360	4.523	10.360	10.360	4.523
Depósitos judiciais	1.574	1.496	1.364	5.833	4.031	3.913
Ativo indenizatório	13.990	16.202	2.162	14.194	16.201	2.187
Partes relacionadas	2.340	6.485	5.320	556	427	168
Outros créditos	–	–	–	–	–	338
	28.264	**34.543**	**13.369**	**30.943**	**31.019**	**11.129**
Investimentos	352.729	347.859	344.412	–	–	–
Imobilizado	10.607	10.530	11.130	53.220	60.909	64.977
Direito de uso	29.834	20.081	20.351	51.422	38.638	41.638
Intangível	20.318	11.260	11.519	338.045	343.907	359.729
	413.488	**389.730**	**387.412**	**442.687**	**443.454**	**466.344**
Total do não circulante	**441.752**	**424.273**	**400.781**	**473.630**	**474.473**	**477.473**
Total do ativo	**471.964**	**459.471**	**453.918**	**560.949**	**558.126**	**573.460**

Passivo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Controladora 01/01/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 01/01/2022 Reapresentado
Circulante						
Fornecedores	8.903	5.795	6.807	26.151	20.925	20.401
Obrigações trabalhistas e sociais	7.032	7.362	4.816	12.597	14.704	12.853
Empréstimos, financiamentos e debêntures	113.326	147.918	49.570	114.914	150.465	52.107
Passivo de arrendamentos	5.342	5.208	4.014	12.514	11.937	9.977
Tributos a recolher	1.629	1.632	1.523	4.718	4.586	4.102
IRPJ e contribuição social a recolher	–	–	–	568	612	388
Parcelamentos de tributos	423	548	468	1.796	2.466	2.748
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	1.383	43.971	9.188	1.383	43.981	15.087
Outras contas a pagar	1.220	1.388	5.702	6.885	2.684	6.778
Total do circulante	**139.258**	**213.822**	**82.088**	**181.526**	**252.360**	**124.441**
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	119.297	60.125	113.726	119.297	61.841	118.974
Passivo de arrendamentos	30.323	20.826	20.988	49.060	38.041	39.258
Parcelamentos de tributos	307	649	960	2.690	4.405	7.960
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	2.378	4.352	2.153	16.448	20.395	15.329
Partes relacionadas	32.548	19.154	7.761	–	–	–
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	–	1.222	35.387	–	1.222	36.191
Outras contas a pagar	–	–	–	14	70	92
Total do não circulante	**184.853**	**106.328**	**180.975**	**187.509**	**125.974**	**217.804**
Patrimônio líquido						
Capital social	234.229	234.229	234.229	234.229	234.229	234.229
Adiantamento para futuro aumento de capital	72.697	–	–	72.697	–	–
Transação de capital	(6.049)	(6.049)	(6.049)	(6.049)	(6.049)	(6.049)
Prejuízos acumulados	(153.024)	(88.859)	(37.325)	(153.024)	(88.859)	(37.325)
Total do patrimônio líquido dos acionistas	**147.853**	**139.321**	**190.855**	**147.853**	**139.321**	**190.855**
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	44.061	40.471	40.360
Total do patrimônio líquido	**147.853**	**139.321**	**190.855**	**191.914**	**179.792**	**231.215**
Total do passivo e patrimônio líquido	**471.964**	**459.471**	**453.918**	**560.949**	**558.126**	**573.460**

Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 *(Em Reais mil)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado
Receita líquida	83.927	95.277	306.082	322.209
Custo dos serviços prestados	(74.861)	(81.341)	(236.823)	(251.849)
Lucro bruto	**9.066**	**13.936**	**69.259**	**70.360**
Outras (despesas) receitas operacionais				
Despesas comerciais	(2.116)	(1.584)	(4.572)	(4.617)
Despesas gerais e administrativas	(34.393)	(35.973)	(64.741)	(55.791)
Resultado de equivalência patrimonial	17.140	15.873	–	–
Outras receitas/(despesas) operacionais	(10.275)	(14.016)	(8.658)	(14.291)
	(29.644)	(35.700)	(77.971)	(74.699)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e tributos	**(20.578)**	**(21.764)**	**(8.712)**	**(4.339)**
Receita financeira	672	1.124	976	3.873
Despesa financeira	(44.259)	(36.573)	(48.679)	(46.463)
Resultado financeiro, líquido	**(43.587)**	**(35.449)**	**(47.703)**	**(42.590)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(64.165)**	**(57.213)**	**(56.415)**	**(46.929)**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	–	–	(6.559)	(8.643)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	–	5.836	–	5.836
Resultado do exercício	**(64.165)**	**(51.377)**	**(62.974)**	**(49.736)**
Resultado líquido atribuído a:				
Participação do acionista controlador			(64.165)	(51.377)
Participação dos acionistas não controladores			1.191	1.641

Demonstrações de Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 *(Em Reais mil)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado
Resultado do exercício	(64.165)	(51.377)	(62.974)	(49.736)
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	**(64.165)**	**(51.377)**	**(62.974)**	**(49.736)**
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionista controlador			(64.165)	(51.377)
Participações não controladoras			1.191	1.641

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Reais mil)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transação de capital com sócios	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	**234.229**	**–**	**(6.049)**	**(37.325)**	**190.855**	**40.360**	**231.215**
Resultado do exercício	–	–	–	(51.377)	(51.377)	1.641	(49.736)
Outras transações	–	–	–	(157)	(157)	(1.530)	(1.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reaapresentado)	**234.229**	**–**	**(6.049)**	**(88.859)**	**139.321**	**40.471**	**179.792**
Resultado do exercício	–	–	–	(64.165)	(64.165)	1.191	(62.974)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	72.697	–	–	72.697	–	72.697
Outras transações	–	–	–	–	–	2.399	2.399
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**234.229**	**72.697**	**(6.049)**	**(153.024)**	**147.853**	**44.061**	**191.914**

O Cura – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, São Paulo-SP, tendo como atual controlador final, Vinci Capital Partners III B Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos e análises ambulatoriais e realização de serviços administrativos e acessórios. As demonstrações contábeis completas do exercício social findo em 31/12/2023 estão disponíveis aos interessados no site e na sede da Companhia.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro 2023 e 2022 *(Em Reais mil)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado
Fluxo de caixa da atividades operacionais				
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(64.165)	(57.213)	(56.415)	(46.929)
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	20.010	19.914	36.555	35.916
Juros sobre passivos de arrendamento	2.205	3.747	4.791	9.330
Juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	36.052	25.498	36.042	27.616
Atualização monetária dos compromissos a pagar	2.510	4.705	2.515	5.112
Constituição/(reversão) de perda estimada para glosas	1.864	242	3.453	206
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	415	340	254	(703)
Provisões para perdas de créditos esperadas	2.325	7.663	700	10.816
Baixa residual de ativo imobilizado e intangível	–	–	1.101	27
Resultado de equivalência patrimonial	(17.140)	(15.873)	–	–
Ajuste de preço de aquisição	–	5.385	–	5.385
Earn out	7.667	–	7.667	–
Outros	68	85	175	584
(Prejuízo) Lucro ajustado	**(8.189)**	**(5.507)**	**36.838**	**47.360**
Variações nos ativos e passivos operacionais				
(Aumento) redução das contas do ativo				
Contas a receber	(7.920)	(2.169)	(20.641)	(15.135)
Estoques	660	570	447	290
Adiantamentos	(1.427)	449	(1.524)	475
Tributos a recuperar	(1.715)	(201)	(1.725)	(3.103)
Depósitos judiciais	(77)	(132)	(1.886)	(136)
Outros créditos	1.560	(26)	(2.328)	316
Aumento (redução) das contas do passivo				
Fornecedores	3.108	(1.012)	5.226	524
Obrigações trabalhistas e sociais	18	2.546	(2.107)	1.851
Tributos a recolher	(3)	109	132	484
Provisão para contingências	(2.215)	(6.241)	(3.947)	(2.419)
Parcelamento de impostos	(534)	(317)	(2.385)	(4.403)
Conta corrente com empresas ligadas	–	–	(129)	–
Outras contas a pagar	(166)	(841)	3.190	(588)
	(8.711)	(7.265)	(27.677)	(21.844)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(2.918)	(4.982)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	**(16.900)**	**(12.772)**	**6.243**	**20.534**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições do imobilizado e intangível	(12.412)	(2.728)	(14.557)	(8.064)
Valores líquidos pagos por aquisição de empresas	(54.021)	(17.212)	(54.141)	(24.199)
Caixa liquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos	**(66.433)**	**(19.940)**	**(68.698)**	**(32.263)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	164.402	90.000	164.401	90.000
Partes relacionadas	17.538	8.554	–	(259)
Empréstimos liquidados	(175.873)	(70.750)	(178.538)	(76.391)
Adantamento para futuro aumento de capital	72.697	–	72.697	–
Pagamento dos arrendamentos	(6.792)	(6.503)	(16.032)	(15.337)
Caixa liquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**71.972**	**21.301**	**42.528**	**(1.987)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(11.361)**	**(11.411)**	**(19.927)**	**(13.716)**
Caixa e equivalentes do início do exercício	16.012	27.423	32.057	45.773
Caixa e equivalentes do final do exercício	4.651	16.012	12.130	32.057
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(11.361)**	**(11.411)**	**(19.927)**	**(13.716)**

Diretoria

Juliano Estopilha Rolim – Diretor Presidente

Rodrigo Fernando Thadeu Burgos de Sousa – Diretor Financeiro

Contadora

Jéssica Passos Souza Andrade – CRC SP 331.015/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Cotistas da
CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiografia S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiografia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiografia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Reapresentação dos valores correspondentes:* Chamamos atenção à nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir correção de erro no processo de preparação das demonstrações financeiras. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de maio de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP 011.609/O-8
Danilo Namura Lombardoso
Contador CRC nº 1SP 278.829/O-3

Deloitte.

Publicidade Legal

AJMR Holding S/A

(em constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 21 de maio de 2024

Local, Data e Horário: 21/05/2024, às 09h00, na sede da Companhia. **Mesa**: Presidente: Sr. Marcio Matos Falcão Ferreira; Secretário: Sr. João Messias Andrade Reis Cruz. **Presença**: **(i) Augurio – Construções e Terraplanagem S/A**, CNPJ nº 10.373.867/0001-46, neste ato representada na forma seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **Cristovam de Souza Oliveira**, CPF/MF nº 121.413.645-15, RG nº 01.078.143-90 SSP/BA; **(ii) João Messias Andrade Reis Cruz**, RG nº 637283546 SSP/BA, CPF/MF nº 933.167.635-20; **(iii) Marcio Matos Falcão Ferreira**, CPF/MF nº 967.376.545-68, RG nº 699321158 SSP/BA, e; **(iv) Ricardo Bonfim Vasconcelos**, RG 335436820 SSP/BA, CPF/MF nº 440.153.305-44. **Ordem do Dia**: **(i)** a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, sob a denominação de "**AJMR Holding S/A**"; **(ii)** aprovação do Boletim de Subscrição e do Estatuto Social da Sociedade; **(iii)** eleição da Diretoria e estabelecimento da remuneração global máxima; e, **(iv)** outros assuntos de interesse social. **Resumo das Deliberações**: A Assembleia Geral, por deliberação unânime: Aprovou a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, sob a denominação de "**AJMR Holding S/A**", cujo objeto social será administração de bens próprios e participação no capital de empresas de qualquer ramo de atividade ou natureza jurídica. A Companhia terá o capital social de R$ 500.000,00, representado por 500.000 ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, conforme se verifica no Boletim de Subscrição respectivo. **1.** Aprovou o Boletim de Subscrição da totalidade do capital social, o qual fica fazendo parte integrante desta Ata como "ANEXO I", bem como aprovou a minuta do Estatuto Social da Companhia constituída, o qual fica fazendo parte integrante desta Ata como "ANEXO II". **2.** Aprovou a eleição dos membros da Diretoria da **AJMR Holding S/A,** com mandato de 3 anos, a contar desta data, tendo sido eleitos, por unanimidade: (i) o Sr. **Marcio Matos Falcão Ferreira**, no cargo de **Diretor Presidente**, e (ii) o Sr. **Ricardo Bonfim Vasconcelos**, no cargo de **Diretor Vice-Presidente**, sendo a remuneração máxima global da Diretoria para o exercício fixada na ordem de R$ 24.000,00. Os Diretores eleitos, após declararem, sob as penas da lei, que não possuem qualquer impedimento legal para o exercício da administração da Sociedade, firmaram o termo de posse respectivo ("ANEXO III"). **Encerramento:** Nada mais havendo tratar, o Presidente declarou definitivamente constituída a sociedade **AJMR Holding S/A**. Assim, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes que a subscrevem. **Acionistas:** Marcio Matos Falcão Ferreira; João Messias Andrade Reis Cruz; Ricardo Bonfim Vasconcelos; Augúrio Const. e Terraplenagem S.A., *(representada por Cristovam de Souza Oliveira).* **Advogado:** Marcos de Oliveira Lima – OAB/BA: 17255. **Estatuto Social da AJMR Holding S.A. Capítulo 1º. Denominação, Objeto, Sede e Duração: Art. 1º**. A Companhia tem a denominação de **AJMR Holding S/A** e reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Art. 2º.** A Companhia tem por objeto social a administração de bens próprios e participação no capital de empresas de qualquer ramo de atividade ou natureza jurídica. **Art. 3º.** A Companhia tem sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Augusta, 2365, 1º andar, Cerqueira Cesar, CEP: 01413-000 podendo, após deliberação da Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou do exterior. **Art. 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo 2º. Capital Social – Ações: Art. 5º**. O capital social totalmente subscrito é de R$ 500.000,00, representado por 500.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$ 1,00, cada uma. Integralizado em moeda corrente o valor de R$ 50.000,00 reais e integralização de R$ 450.000,00, em moeda corrente, num prazo de até cinco anos. **§ 1º.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais. **§ 2º.** As ações são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais acionistas, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração no livro pertinente. **§ 3º.** Retirando, falecendo ou interditado qualquer acionista, a Companhia continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, representado por seu curador. Não sendo possível ou inexistindo o interesse destes ou dos acionistas remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da Companhia, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. **§ 4º.** O mesmo procedimento mencionado no Parágrafo Terceiro acima será adotado em outros casos em que a Companhia se resolva em relação a seu acionista. **Capítulo 3º. Assembleia Geral: Art. 6º.** A Assembleia Geral, órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á na sua sede social: **I –** Ordinariamente, dentro dos 04 meses seguintes ao término do exercício social, sem prejuízo das disposições legais, para: **(a)** deliberar sobre as contas, demonstrações financeiras do exercício findo e relatório apresentados pelos administradores, além do relatório e Parecer do Conselho Fiscal, se o órgão estiver em funcionamento; **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **(c)** eleger os administradores e fixar suas respectivas remunerações; e, **(d)** eleger os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. **II –** Extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. **Art. 7º.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria ou pelo Conselho Fiscal, quando houver, sendo escolhido o presidente pelos acionistas presentes. **§ 1º.** O Presidente da Assembleia designará um dos acionistas presentes para atuar como Secretário. **§ 2º.** A Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência de pelo menos 15 dias. **Art. 8º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 01 ano, desde que o instrumento de procuração seja depositado na sede social da Companhia até 24 horas antes do horário previsto para a primeira convocação da Assembleia Geral. **Art. 9º.** As deliberações da Assembleia Geral são tomadas pela maioria absoluta dos votos, não se computando os votos em branco, observadas as prescrições legais aplicadas a casos específicos. **Art. 10 –** As Atas das Assembleias Gerais poderão ser publicadas por extratos, com sumário dos fatos ocorridos e transcrição das deliberações tomadas, observadas as disposições do parágrafo primeiro do art. 130 da Lei 6.404/1976. **Capítulo 4º. Administração: Art. 11 –** A administração da Companhia compete à diretoria, que será composta por 02 diretores, sendo 01 Diretor Presidente e 01 Vice-Presidente, os quais serão eleitos, pelos acionistas, em Assembleia Geral, para mandato com duração de 03 anos, permitida a reeleição sucessiva. **I** – Sem prejuízo dos atos regulares de gestão e das disposições legais, ao Diretor Presidente compete: **(a)** coordenar e orientar as atividades da Diretoria, presidindo suas reuniões e proferindo o voto de qualidade quando necessário; **(b)** elaborar e gerenciar, em conjunto com o Vice-Presidente, o organograma de funções da Companhia; **(c)** gerenciar o faturamento da Companhia e estabelecer diretrizes para a sua estrutura financeira; **(d)** elaborar, em conjunto com o Vice-Presidente, o relatório anual de atividades, a proposta de distribuição de dividendos e a aplicação do excedente, bem como decidir sobre as demonstrações financeiras a serem submetidas a exame e aprovação da Assembleia Geral; e, **(e)** celebrar contratos, convênios ou acordos, empréstimos e financiamentos, que dependam, ou não, de prestação de garantias reais, e cujos valores, por operação, não ultrapassem R$ 100.000,00, devendo obter aprovação da Assembleia Geral se os valores envolvidos em determinada operação excederem o montante fixado, observado, em tal situação, o quórum estabelecido no § 6º deste Art. 11. **II** – Sem prejuízo dos atos regulares de gestão e das disposições legais, ao Diretor Vice-Presidente compete: **(a)** auxiliar e/ou substituir o Diretor Presidente, praticando todos os atos que lhe são privativos, conforme relação constante do inciso I acima; **(b)** elaborar e gerenciar, em conjunto com o Presidente, o organograma de funções da Companhia; **(c)** elaborar, em conjunto com o Presidente, o relatório anual de atividades, a proposta de distribuição de dividendos e a aplicação do excedente, bem como decidir sobre as demonstrações financeiras a serem submetidas a exame e aprovação da Assembleia Geral; e, **(d)** definir e gerenciar a estrutura financeira da Companhia, observadas as diretrizes definidas pelo Diretor Presidente. **§ 1º.** Os Diretores serão investidos no cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio, dentro dos 30 dias que se seguirem à sua eleição. **§ 2º**. O prazo de mandato de Diretor estender-se-á até a investidura do novo Diretor eleito. **§ 3º**. A Companhia será representada ativa e passivamente em juízo ou fora dele, pelos Diretores, que assinarão, em conjunto ou isoladamente, com poderes para, respeitado o Estatuto Social, praticar todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, bem como para: **(a)** realizar operações bancarias em geral, abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, autorizar transferências, débitos e pagamentos, observado o limite máximo de R$100.000,00; **(b)** representar a Companhia junto a repartições e órgãos públicos dos governos federal, estadual e municipal, inclusive suas autarquias; **(c)** sacar, aceitar, emitir e endossar títulos de crédito de qualquer natureza; **(d)** assinar contratos, observado o limite máximo de R$100.000,00; e **(e)** constituir procuradores em nome da Companhia. **§ 4º.** A Companhia poderá ser representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por 01 procurador legalmente constituído, cujo instrumento do mandato poderá ser assinado por apenas um dos Diretores, observando-se, ainda, o quanto disposto no Art. 14 deste Estatuto. **§ 5º**. Os contratos bancários, a exemplo daqueles que, mas não se limitando a, envolvam a abertura de crédito, empréstimos, financiamentos, venda de ativos etc., dependem da aprovação da maioria absoluta dos sócios, independentemente do valor envolvido na operação. **§ 6º**. Para as demais operações não relacionadas no § 5º acima, caso o valor ultrapasse o limite máximo de R$ 100.000,00, deverá ser obtida a prévia autorização da maioria absoluta dos sócios. **Art. 12 –** Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos Diretores e do Conselho Fiscal, quando instalado, estabelecendo-a de forma individual para cada membro. **§ único:** A Assembleia Geral poderá atribuir participação nos lucros sociais aos Diretores. **Art. 13 –** Em caso de vacância do cargo de Diretor, a Assembleia Geral será imediatamente convocada para eleição do substituto, acumulando-se sobre os demais diretores as funções do cargo vago até que ser eleito novo diretor. **Art. 14 –** As procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar expressamente os poderes conferidos, vedar o substabelecimento e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 01 ano, ou até o dia 30 de abril do ano seguinte àquele em que a mesma for outorgada, o que ocorrer primeiro. **§ único:** As restrições previstas no *caput* do artigo acima não se aplicam quando se tratar de outorga de mandato judicial ou a advogados para defesa dos interesses da Companhia em processos administrativos, os quais não terão prazo de validade e poderão não vedar o substabelecimento. **Art. 15 –** É vedado aos Diretores e aos procuradores da Companhia: **(a)** a prática de atos de qualquer natureza relativa a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais; **(b)** a prática de atos de liberalidade em nome da companhia; e, **(c)** a prestação de caução, avais ou fianças, responsabilidades técnicas e outras garantias a terceiros. **§ único:** A Companhia não será responsabilizada por atos do Diretor ou de Procurador, quando não forem respeitados os limites impostos pela lei e pelo Estatuto Social. **Art. 16** – É imprescindível a aprovação pela assembleia Geral para a prática dos seguintes atos: **(a)** a venda, hipoteca ou qualquer forma de alienação, gravame ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia; **(b)** a outorga de empréstimos e garantias de qualquer valor em favor de terceiros; **(c)** requerimento de falência ou recuperação judicial da Companhia; e, **(d)** operações mencionadas no Art. 11, §§ 5º e 6º deste Estatuto. **Capítulo 5º – Do Conselho Fiscal: Art. 17** – A Companhia poderá eleger um Conselho Fiscal integrado por 03 a 05 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, ao qual competirá as atribuições previstas em lei. **§ 1º** O funcionamento do Conselho Fiscal não será permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas, nos termos do art. 161 da Lei 6.404/1976. **§ 2º** O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do edital de convocação. **§ 3º** A Assembleia Geral que receber pedido de funcionamento do Conselho Fiscal e instalar o órgão deverá eleger os seus membros e fixar-lhes a remuneração. **§ 4º** Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação. **§ 5º** O Conselho Fiscal delibera pela maioria dos seus membros e as deliberações são transcritas em ata lavrada no livro próprio de Atas de Reuniões e Pareceres do Conselho Fiscal. **Capítulo 6º – Do Exercício Social – dos Lucros e S.A. Distribuição: Art. 18 –** O exercício social da Companhia inicia-se em 01º de janeiro e termina no dia 31 de dezembro de cada ano. **§ 1º**. Ao fim de cada exercício social, a diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, que serão publicadas na forma da Lei. **Art. 19 –** Dos resultados da Companhia serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados, as provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro e as participações nos lucros eventualmente concedidas aos empregados, e do lucro remanescente: **(a)** 5% serão destinados a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; **(b)** 25% do lucro líquido ajustado serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório nos termos da Lei; e, **(c)** o saldo será distribuído conforme dispuser a Assembleia Geral Ordinária. **§ único:** A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao mínimo obrigatório ou a retenção de todo lucro, conforme orçamento de capital aprovado e arquivado na sede social. **Art. 20 –** Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo será pago no prazo de 60 dias contados da data em que for declarado e sempre dentro do exercício social. **Capítulo 7º – Liquidação: Art. 21 –** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **§ 1º** Compete à Assembleia Geral nomear o liquidante. **§ 2º** Após a liquidação, havendo saldo positivo, o patrimônio líquido deverá ser dividido entre os acionistas, proporcionalmente às suas ações. São Paulo/SP, 21/05/2024. Marcio Matos Falcão Ferreira; João Messias Andrade Reis Cruz; Ricardo Bonfim Vasconcelos; Augúrio Const. e Terraplenagem S.A. *(representada por Cristovam de Souza Oliveira).* **Advogado:** Marcos de Oliveira Lima – OAB/BA: 17255. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.639.308 em 04/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Juros: taxas recuam com clima externo, queda do dólar e declarações do BC

Os juros futuros sustentaram o sinal de baixa até o fim da tarde, embalados pelo clima ameno no cenário internacional, via dados do mercado de trabalho nos EUA e decisão do Banco Central Europeu (BCE), pela queda do dólar e falas dirigentes do Banco Central que reforçaram a aposta de que o Copom deve retomar o consenso na reunião de junho de forma a dissipar dúvidas com relação aos critérios técnicos que pautam as decisões de política monetária.No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,455%, de 10,464% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026, em 10,87%, de 10,93%. O DI para janeiro de 2027 projetava taxa de 11,19%, de 11,25%. A taxa do DI para janeiro de 2029 caía de 11,66% para 11,61%.

Mesmo com os rendimentos dos Treasuries rondando a estabilidade, houve espaço para o mercado de juros local corrigir parte do avanço registrado ontem, quando a queda dos yields dos títulos nos EUA não havia sido capaz de aliviar a curva doméstica. O retorno do dólar para R$ 5,25 contribuiu para a redução dos prêmios de risco, com relatos de fluxo estrangeiro para a Bolsa e, possivelmente, renda fixa.

"Embora lá fora não tenhamos hoje queda dos juros, os dados do mercado de trabalho americanos retiraram pressão das curvas globais. E tivemos o corte de juros pelo BCE, ainda que já esperado. Tivemos um ambiente externo mais construtivo", afirma Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, referindo-se ao indicador de custo unitário da mão de obra, que subiu a um ritmo anualizado de 4% no primeiro trimestre abaixo da estimativa preliminar e do consenso de mercado, de acréscimo de 4,7% em ambos os casos. IstoéDinheiro

Terminal T12A S.A.

CNPJ/MF nº 56.216.872/0001-46

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	69.361	21.273
Valores a receber de partes relacionadas	2.046	8.145
Impostos a recuperar	1.936	28
Outros ativos	1.662	1.683
Total do ativo circulante	**75.005**	**31.129**
Não circulante		
Impostos a recuperar	1.744	1.900
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.365	2.792
Depósitos judiciais	49	24
Imobilizado	18.709	35.685
Intangível	389	276
Total do ativo não circulante	**22.256**	**40.677**
Total do Ativo	**97.261**	**71.806**

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	3.991	3.193
Impostos e contribuições a recolher	767	1.247
Salários e encargos a pagar	3.125	2.769
Valores a pagar para partes relacionadas	3.150	3.534
Outros passivos	3	116
Total do passivo circulante	**11.036**	**10.859**
Não Circulante		
Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas	1.218	184
Total do passivo não circulante	**1.218**	**184**
Patrimônio Líquido		
Capital social	4.519	4.519
Reserva de capital	11.624	11.624
Reserva legal	904	904
Retenção de lucros	–	43.716
Reserva de lucros a destinar	67.960	–
Total do patrimônio líquido	**85.007**	**60.763**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**97.261**	**71.806**

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	2023	2022
Receita Operacional Líquida	**130.423**	**95.755**
Custo dos Serviços Prestados	**(103.925)**	**(69.717)**
Lucro Bruto	**26.498**	**26.038**
Despesas Operacionais		
Despesas administrativas	(24)	(216)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e do IRPJ e da CSLL	**26.474**	**25.822**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	7.184	3.855
Despesas financeiras	(1.332)	(1.339)
Resultado financeiro líquido	5.852	2.516
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**32.326**	**28.338**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(11.112)	(9.644)
Diferidos	85	158
Lucro do Exercício	**21.299**	**18.852**
Lucro por Lote de Mil Ações – em Reais	**4,71**	**4,17**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais – R$)

	Capital social	Reservas: Reserva de capital	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva de retenção de lucros	Reservas: Reserva de lucros a destinar	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.519**	**11.624**	**904**	**24.864**	**–**	**–**	**41.911**
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	18.852	18.852
Retenção de lucros	–	–	–	18.852	–	(18.852)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.519**	**11.624**	**904**	**43.716**	**–**	**–**	**60.763**
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	21.299	21.299
Retenção de lucros	–	–	–	24.244	–	(21.299)	2.945
Lucros a destinar	–	–	–	(67.960)	67.960	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.519**	**11.624**	**904**	**–**	**67.960**	**–**	**85.007**

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	2023	2022
Lucro do Exercício	**21.299**	**18.852**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do Resultado Abrangente do Exercício, Líquido de Impostos	**21.299**	**18.852**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**21.299**	**18.852**
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	17.264	13.689
Alienação de imobilizado	1.964	–
Constituição da provisão para riscos, tributários, cíveis e trabalhistas	1.034	42
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(85)	(158)
	41.476	**32.425**
Variação das contas de ativo:		
Impostos a recuperar	9.277	9.192
Valores a receber de partes relacionadas	6.099	(5.868)
Outros ativos	1.664	(573)
	17.040	**2.751**
Variação das contas do passivo:		
Fornecedores	798	1.003
Impostos e contribuições a recolher	(480)	945
Salários e encargos a pagar	356	609
Valores a pagar a partes relacionadas	(384)	(24)
Outros passivos	**(113)**	**8**
	177	**2.541**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	58.693	37.717
Ressarcimento de impostos federais	–	2.423
Imposto de renda e contribuição social pagos ou antecipados	(11.185)	(8.973)
Juros pagos	–	1
Caixa gerado pelas atividades operacionais após juros e impostos	47.508	31.168
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(2.365)	(12.901)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.365)	(12.901)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Ajuste de lucros – Anos anteriores	2.945	–
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	2.945	–
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**48.088**	**18.267**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.273	3.006
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	69.361	21.273
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**48.088**	**18.267**

A Diretoria — **Karina Casimiro Alves** – Contadora CRC SP 272.559/O-9

As Demonstrações Financeiras não possuem ressalvas por parte da Auditoria Externa. As Notas Explicativas encontram-se na Sede da Companhia.

Publicidade Legal

Evolução do PIB do Brasil

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Recessões e recuperações do PIB

Em número índice. Média de 1995 = 100

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Brenha da Fontoura Administração Ltda.

CNPJ 61.600.144/0001-73 - NIRE 35229825787

Edital de Convocação - Reunião Extraordinária de Sócios

Ficam convocados os sócios da **Brenha da Fontoura Administração Ltda.** a se reunirem, em Reunião Extraordinária de Sócios, que será realizada, em **1ª convocação**, no dia **19/06/2024**, às **10hs** ou**,** em **2ª convocação**, no dia **25/06/2024**, às **10hs**, para deliberar sobre as seguintes matérias: **1)** Alteração das Cláusulas 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 12ª e 14ª do Contrato Social da Sociedade, notadamente para alteração dos quóruns de aprovação de matérias pelos Sócios, Direito de Preferência, entre outros; **2)** Administração e administradores da Sociedade; e **3)** Outas matérias de interesse da Sociedade. **A Reunião Extraordinária de Sócios será realizada de forma virtual, com participação e votação exclusivamente a distância, por meio do aplicativo "Microsoft Teams" através do link: https://teams.microsoft.com/meet/214754606885?p=HMSyd9qzonLUd2yiTT.** Nos termos dos artigos 1.074 e 1.079 do Código Civil, a reunião de sócios instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Sócios representantes de, pelo menos, ¾ do capital social da Sociedade ou, em segunda convocação, com qualquer número de sócios. **Abílio Brenha da Fontoura Neto** e **Fernando Santos da Fontoura -** Sócios-Administradores. **(07, 10 e 11/06/2024)**

OD Colombo Participações S.A.

CNPJ nº 41.131.743/0001-88 - NIRE 35.300.565.959

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de maio de 2024

Data/Hora/Local: 08/05/2024, 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada. A totalidade dos acionistas, representando 100% do capital social. **Mesa:** Presidente, Marisa Aparecida Colombo Gomes, Secretária, Marlene Aparecida Colombo. **Deliberações aprovadas:** (i) a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória na modalidade de aval ("Aval"), a ser prestado em garantia às obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela **Indústrias Colombo S.A.,** sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Colombo nº 106, Bairro Parque Industrial, CEP 15.830-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n° 45.127.545/0001-00 ("Devedora"), no âmbito do *"Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série* Única, *para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Indústrias Colombo S.A."* a ser celebrado entre a Devedora, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** sociedade por ações, com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano n° 1052, Sala 132, 13° andar, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ sob o n° 36.113.876/0004-34, na condição de agente fiduciário dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"), a **7G Participações S.A.,** sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Prudente de Moraes, nº 273, Sala "A", Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o n° 40.708.247/0001-81 ("7G"), a **JLC Trust - Participações S.A.,** sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Sete de Setembro, n° 922, Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob n° 41.898.992/0001-01 ("JLC" e, em conjunto com 7G e a Companhia, os "Avalistas PJ"), o sr. **Luiz Hermínio Colombo,** brasileiro, empresário, residente e domiciliado em Pindorama/SP ("Sr. Luiz"), o sr. **João Luiz Colombo,** brasileiro, empresário, residente e domiciliado em Pindorama/SP ("Sr. João"), a sra. **Marisa Aparecida Colombo Gomes,** brasileira, empresária, residente e domiciliada em Pindorama/SP ("Sra. Marisa" e, em conjunto com o Sr. Luiz e o Sr. João, os "Avalistas PF", sendo que estes, quando em conjunto com os Avalistas PJ, serão denominados simplesmente "Avalistas") e a Companhia ("Obrigações Garantidas", "Emissão", "Notas Comerciais" e "Termo de Emissão de Notas Comerciais", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM n° 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente); (ii) a autorização aos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para negociar e definir os termos e condições específicos do Aval que constarão do Termo de Emissão de Notas Comerciais, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização do Aval e à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição do Aval e para realização da Emissão e da Oferta. Nada mais. Pindorama/SP, 08/05/2024. JUCESP nº 213.353/24-6 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

JLC Trust – Participações S.A.

CNPJ n° 41.898.992/0001-01 - NIRE 35.300.568.397

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de maio de 2024

Data/Hora/Local: 08/05/2024, 09h30, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada. A totalidade dos acionistas, representando 100% do capital social. **Mesa:** Presidente, Luiz Augustinho Colombo; Secretária, Rita de Cassia Colombo. **Deliberações aprovadas:** (i) a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória na modalidade de aval ("Aval"), a ser prestado em garantia às obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela **Indústrias Colombo S.A.,** sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Colombo n° 106, Bairro Parque Industrial, CEP 15.830-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 45.127.545/0001-00 ("Devedora"), no âmbito do "*Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Indústrias Colombo S.A."* a ser celebrado entre a Colombo, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos E Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações, com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 1052, Sala 132, 13° andar, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, na condição de agente fiduciário dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"), a **7G Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Prudente de Moraes, n° 273, Sala "A", Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 40.708.247/0001-81 ("7G"), a **OD Colombo Participações S.A.**, S.A., com sede na Cidade de Pindorama, Estado de São Paulo, na Rua Rui Barbosa, nº 467, Centro, CEP 15.830-000, inscrita no CNPJ sob nº 41.131.743/0001-88 ("OD" e, em conjunto com a 7G e a Cia., os "Avalistas PJ"), o sr. **Luiz Hermínio Colombo**, brasileiro, empresário, residente e domiciliado em Pindorama/SP ("Sr. Luiz"), o sr. **João Luiz Colombo**, brasileiro, empresário, residente e domiciliado em Pindorama/SP ("Sr. João"), a sra. **Marisa Aparecida Colombo Gomes**, brasileira, empresária, residente e domiciliado em Pindorama/SP ("Sra. Marisa" e, em conjunto com o Sr. Luiz e o Sr. João, os "Avalistas PF", sendo que estes, quando em conjunto com os Avalistas PJ, serão denominados simplesmente "Avalistas") e a Companhia ("Obrigações Garantidas", "Emissão", "Notas Comerciais" e "Termo de Emissão de Notas Comerciais", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente); (ii) a autorização aos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para negociar e definir os termos e condições específicos do Aval que constarão do Termo de Emissão de Notas Comerciais, bem como a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização do Aval e à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos a tais instrumentos; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Cia. e/ou por seus representantes legais, conforme o caso, para a constituição do Aval e para realização da Emissão e da Oferta. Nada mais. Pindorama/SP, 08/05/2024. JUCESP nº 212.889/24-2 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5061
Dólar (EUA) - 5,2681
Franco (Suíça) - 5,9093
Iene (Japão) - 0,03378
Libra (Inglaterra) - 6,7347
Peso (Argentina) - 0,005863
Peso (Chile) - 0,005789
Peso (México) - 0,3007
Peso (Uruguai) - 0,1348
Yuan (China) - 0,7271
Rublo (Rússia) - 0,05926
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,7338

Negócios

Cafeteria chinesa que comprará R$ 2 bi em grãos do Brasil bateu Starbucks com digitalização de lojas

Não tente entrar em uma das lojas da maior rede de cafeterias da China e pedir uma bebida presencialmente. Você irá fracassar.

A Luckin Coffee, que anunciou a compra de R$ 2,5 bilhões em café do Brasil na quarta-feira (5), é radicalmente digitalizada.

Pedidos podem ser feitos só por celular, no aplicativo da empresa ou nos chamados super apps chineses (WeChat e Alipay). Você consegue até solicitar para que o pagamento seja em dinheiro ou cartão na hora de pegar a bebida, opções incomuns. A maioria dos clientes efetua a transação no aplicativo antes de o café chegar.

O produto oferecido pela marca chinesa é bem semelhante ao do Starbucks, com operação no Brasil e que inaugurou sua primeira loja em Pequim há 25 anos. Além das opções clássicas de café, há versões geladas, misturadas com bebidas adocicadas e uma variedade de complementos.

Com lojas menores que a rival americana, menos funcionários, em razão da digitalização dos pedidos, a cafeteria chinesa vence no preço. Um café com leite custa 19 yuans (R$ 14). No Starbucks, sai por 31 yuans (R$ 22).

"Nosso foco seguirá no preço e na expansão da rede para manter o crescimento e nosso domínio no mercado", afirmou Jinyi Guo, CEO da empresa após apresentar os dados de 2023, quando teve R$ 3,5 bilhões de receita, crescimento de 87% em relação ao ano anterior.

Criada em 2017, a Luckin Coffee superou a americana Starbucks em número de lojas na China. São 16 mil, mais que o dobro da concorrente.

Em crescimento, a empresa anunciou a compra de aproximadamente 120 mil toneladas de café brasileiro, o que corresponde a US$ 500 milhões (cerca de R$ 2,5 bilhões), segundo o governo federal.

O perfil agressivo da Luckin gerou percalços ao longo do caminho. Em 2019, a marca realizou em IPO em Nova York. Um ano depois, uma investigação da SEC (U.S. Securities and Exchange Commission), agência federal dos EUA que regulamenta os mercados financeiros, apontou fraude nos dados do grupo chinês.

Paulo Passos/Folhapress

Embraer quer dobrar produção do KC-390 até 2030

A ser mantido o ritmo atual de novas encomendas, a Embraer pretende dobrar a produção anual do seu principal produto de defesa, o avião de transporte multimissão KC-390 Millennium, até 2030.

Hoje, a linha de montagem de Gavião Peixoto (SP) trabalha com capacidade de entregar seis aeronaves por ano, meta para 2025. "Nossa meta é entregar um por mês em 2030", disse responsável pelos programas da Embraer, Walter Pinto Junior.

As pretensões da empresa para o avião, contudo, poderão alterar os planos. A capacidade da fábrica no interior paulista é de montagem de até 18 KC-390 por ano, com aumento de pessoal e de maquinário, o que pode absorver encomendas no ritmo atual.

Mas a Embraer negocia o fornecimento do avião para dois mercados potencialmente grandes, o da Arábia Saudita, reino que deverá fechar um pedido de até 33 unidades, e da Índia, onde é especulada a necessidade de qualquer coisa de 40 a 80 aeronaves.

Em ambos os casos, os brasileiros firmaram contratos de parceria com grupos locais, um fundo saudita e a corporação indiana Mahindra, para estudar a possibilidade de abertura de fábricas nos próprios países.

Pinto Junior não detalha isso, mas no mercado a avaliação é de que a Embraer está mais próxima de fechar negócio com os sauditas, tornando o país do golfo um centro de produção do KC-390 inclusive, se isso ocorrer, para um eventual contrato indiana.

Há, por óbvio, enormes desafios logísticos envolvidos, mas não é uma operação inédita: a Embraer já monta aviões executivos nos EUA e produz seu caça leve Super Tucano em uma fábrica da americana Sierra Nevada.

Como todo programa do tipo, o KC-390 enfrentou diversos atrasos pelo plano inicial, em 2019 já haveria cinco voando pela FAB, mas aquele ano registrou só a primeira entrega. De lá para cá, só foram entregues 6 aviões para a FAB e 1, para o Esquadrão Rinoceronte, da Força Aérea Portuguesa.

Igor Gielow/Folhapress

Dona do Burger King anuncia compra da rede Starbucks no Brasil por R$ 120 mi

A Zamp, dona do Burger King e do Popeyes no Brasil, anunciou a compra da rede de operações do Starbucks por R$ 120 milhões na quinta-feira (6), de acordo com fato relevante enviado à CVM (Comissão de Valores Imobiliários).

O contrato foi firmado com o grupo SouthRock, operador das lojas da cafeteria norte-americana no Brasil e em recuperação judicial desde o final do ano passado.

As negociações, de acordo com o fato relevante, vinham acontecendo desde 21 de fevereiro. O preço-base de R$ 120 milhões está sujeito a "ajustes para refletir, dentre outros, a quantidade de lojas efetivamente adquirida, bem como o nível de estoque na data do fechamento"

A SouthRock opera cerca de 140 lojas da rede de cafeterias, e, desde o início da recuperação judicial e o anúncio de dívidas de quase R$ 2 bilhões, mais de 50 unidades foram fechadas no Brasil.

Em posicionamento oficial, a Zamp afirmou que a efetivação do negócio ainda "depende da análise e da autorização do Judiciário, que transita o processo de recuperação judicial da operadora da rede de cafeterias no Brasil".

Além disso, é preciso aguardar a aprovação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e a assinatura definitiva da Starbucks Corporation, com quem a dona do Burger King chegou a um acordo quanto a "termos e condições dos principais contratos que deverão ser celebrados para a exploração da marca e desenvolvimento das operações Starbucks no território brasileiro".

A Zamp ainda afirmou que, em função da recuperação judicial da SouthRock, vai comprar a operação em um processo competitivo de propostas fechadas e poderá cobrir ou igualar eventuais ofertas de outros interessados nas cafeterias norte-americanas.

Essa posição, chamada de "stalking horse bidder" no jargão corporativo em inglês, também vem associada a um direito de indenização ("break up fee") caso a SouthRock decida vender as operações para outra empresa.

Tamara Nassif/Folhapress